



Número: **0812000-49.2019.8.15.2003**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Regional Cível de Mangabeira**

Última distribuição : **31/12/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|--|--------------------|---|-------------------|
| JOSE TIBURTINO ARAUJO (AUTOR) | | RAPHAEL TEIXEIRA DE LIMA MOURA (ADVOGADO) | |
| SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU) | | SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO) | |
| TIBIRICA DE MEDEIROS BARBOSA (TERCEIRO INTERESSADO) | | | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 27286454 | 31/12/2019 21:32 | Petição Inicial | Petição Inicial |
| 27286455 | 31/12/2019 21:32 | #Peticao Inicial - Acao de Cobranca Seguro DPVAT (Jose Tiburtino) | Outros Documentos |
| 27286456 | 31/12/2019 21:32 | 01 - Procuracao | Procuração |
| 27286457 | 31/12/2019 21:32 | 02 - Comprovante Abertura Processo Dpvat | Outros Documentos |
| 27286458 | 31/12/2019 21:32 | 03 - Movimentacao Processo DPVAT | Outros Documentos |
| 27286459 | 31/12/2019 21:32 | 04 - Processo Adm Parte 01 (Admissao Cirurgia e BOLETIM OCORRENCIA) | Outros Documentos |
| 27286460 | 31/12/2019 21:32 | 05 - Processo Adm Parte 02 (Informacoes Cirurgia) | Outros Documentos |
| 27286461 | 31/12/2019 21:32 | 06 - Processo Adm Parte 03 (Cirurgia - Doc Veiculo e outros) | Outros Documentos |
| 27286462 | 31/12/2019 21:32 | 07 - Processo Adm Parte 04 (comprovante de residencia e outros) | Outros Documentos |
| 27286463 | 31/12/2019 21:32 | 08 - Recibo Pagamento e Termo Consentimento | Outros Documentos |
| 27286464 | 31/12/2019 21:32 | 09 - Raio x | Outros Documentos |
| 27286465 | 31/12/2019 21:32 | 10 - Carta Solicitacao Docs DPVAT | Outros Documentos |
| 27286466 | 31/12/2019 21:32 | 11 - Negativa DPVAT | Outros Documentos |
| 27388725 | 10/01/2020 11:15 | Ato Ordinatório | Ato Ordinatório |
| 28167824 | 11/02/2020 12:43 | Petição | Petição |
| 28167835 | 11/02/2020 12:43 | Peticao - Reiterando Hipossuficiencia | Outros Documentos |
| 28167836 | 11/02/2020 12:43 | 01 - Declaracao Hipossuficiencia | Outros Documentos |
| 28167837 | 11/02/2020 12:43 | 02 - CTPS | Outros Documentos |

| | | | |
|--------------|------------------|--|-----------------------------|
| 28167 838 | 11/02/2020 12:43 | 03 - Simulacao Custas | Outros Documentos |
| 28415 943 | 13/03/2020 09:10 | Despacho | Despacho |
| 29655 261 | 03/04/2020 12:18 | Contestação | Contestação |
| 29655 265 | 03/04/2020 12:18 | 2708505_CONTESTACAO_01 | Outros Documentos |
| 29655 267 | 03/04/2020 12:18 | KIT_SEGURADORA_LIDER | Outros Documentos |
| 29671 943 | 03/04/2020 22:50 | Ato Ordinatório | Ato Ordinatório |
| 30854 794 | 21/05/2020 13:17 | IMPUGNAÇÃO À CONTESTAÇÃO | Petição |
| 30854 999 | 21/05/2020 13:17 | IMPUGNACAO a Contestacao | Outros Documentos |
| 31213 953 | 06/07/2020 10:30 | Despacho | Despacho |
| 34182 038 | 11/09/2020 01:15 | Certidão | Certidão |
| 36362 824 | 09/11/2020 13:12 | Despacho | Despacho |
| 36929 812 | 20/11/2020 23:46 | Mandado | Mandado |
| 37840 721 | 15/12/2020 09:21 | Certidão Oficial de Justiça | Certidão Oficial de Justiça |
| 37841 231 | 15/12/2020 09:21 | José Tiburtino | Devolução de Mandado |
| 37870 668 | 15/12/2020 15:44 | Documento de Comprovação | Documento de Comprovação |
| 37870 677 | 15/12/2020 15:44 | PERÍCIA MÉDICA - DPVAT DE JOSE TIBURTINO ARAUJO | Documento de Comprovação |
| 37875 244 | 15/12/2020 16:41 | Ato Ordinatório | Ato Ordinatório |
| 38420 244 | 15/01/2021 09:22 | Petição | Petição |
| 38420 248 | 15/01/2021 09:22 | 2708505_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_Anexo_02 | Outros Documentos |
| 38420 551 | 15/01/2021 09:22 | 2708505_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_01 | Outros Documentos |
| 38471 825 | 18/01/2021 11:44 | Petição - Manifestação sobre Laudo Pericial | Petição |
| 38471 830 | 18/01/2021 11:44 | PETICAO - Manifestação sobre Laudo Pericial | Outros Documentos |
| 38937 358 | 01/02/2021 11:41 | Petição | Petição |
| 38937 359 | 01/02/2021 11:41 | 2708505_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_01 | Outros Documentos |
| 39125 486 | 19/02/2021 11:39 | Despacho | Despacho |
| 39938 254 | 25/02/2021 17:37 | Documento de Comprovação | Documento de Comprovação |
| 39938 259 | 25/02/2021 17:37 | PERÍCIA MÉDICA - DPVAT DE JOSE TIBURTINO ARAUJO - COMPLETO | Documento de Comprovação |
| 40082 192 | 03/03/2021 00:24 | Despacho | Despacho |
| 41244 767 | 30/03/2021 11:29 | Petição | Petição |
| 41244 768 | 30/03/2021 11:29 | 2708505_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_Anexo_02 | Outros Documentos |
| 41244 771 | 30/03/2021 11:29 | 2708505_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_02 | Outros Documentos |
| 41430 543 | 06/04/2021 17:30 | PETIÇÃO - Manifestação Complementação do Laudo | Petição |
| 41430 544 | 06/04/2021 17:30 | PETIÇÃO - Manifestação Complementação do Laudo | Outros Documentos |
| 41655 576 | 14/04/2021 12:04 | Sentença | Sentença |

| | | | |
|--------------|------------------|--|------------------------------------|
| 43754 456 | 28/05/2021 07:14 | Certidão Trânsito em Julgado | Certidão Trânsito em Julgado |
| 44002 840 | 02/06/2021 18:49 | Execução / Cumprimento de Sentença | Execução / Cumprimento de Sentença |
| 44002 846 | 02/06/2021 18:49 | Cálculos - 02-06-2021 | Outros Documentos |
| 43754 469 | 07/06/2021 03:43 | Ofício | Ofício |

Segue, em anexo, Petição Inicial e Documentos.



EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA
____ VARA REGIONAL DE MANGABEIRA - PB

JOSE TIBURTINO ARAUJO, brasileiro, solteiro, vigilante, portador da cédula de identidade registrada sob o n.º 2806022 – SSP/PB, inscrito no CPF sob o n.º 044.277.534-26, residente e domiciliada à Rua Luiz Romualdo da Silva, s/nº, apto. 102, bairro do Geisel, cidade de João Pessoa – PB, CEP: 58077-032, por intermédio de seus advogados infra-assinados (procuração em anexo), com escritório situado no endereço constante no rodapé, vem perante Vossa Excelência, com **fulcro na Lei 6.194/74 e suas respectivas alterações legislativas**, bem como em outros dispositivos legais aplicáveis à espécie, propor, como efetivamente propõe, a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT

em face do **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º e 6º Andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.031-205, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas:

I - DO PLEITO DA GRATUIDADE JUDICIÁRIA

1. Inicialmente, com fundamento no **Art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil**, mediante declaração contida no texto inaugural, o promovente requer assistência judiciária gratuita, na forma e sob as penas da lei, haja vista que o mesmo, presentemente, não tem condições de arcar com as custas e demais despesas processuais sem comprometer o sustento próprio e de sua família.



II – DOS FATOS

2. Compulsando detida e cuidadosamente toda a documentação compaginada ao caderno processual, verificar-se-á que no dia **25/04/2017**, o autor, enquanto conduzia o seu veículo motocicleta HONDA/CG 125 FAN, cor preta, ano 2008/2008, de placa MOI – 8386/PB, de sua propriedade, pela Rua Luiz Romualdo da Silva (bairro do Cuiá, CEP: 58077-032, nesta capital), quando ao desviar de um carro não identificado que parou repentinamente, caiu ao solo, sendo socorrido por seu primo ao hospital samaritano, sendo acometido por inúmeras sequelas em virtude da fratura de rádio distal e outras, conforme comprovado na documentação em anexo.
3. Diante disto, no dia 04/12/2017, alguns meses após o acidente, o autor, **de posse de toda a documentação pertinente** (em anexo), requereu junto à seguradora ré, o pagamento do seguro DPVAT, tendo em vista que a gravidade de suas lesões se enquadram nas situações de invalidez permanente previstas nas hipóteses de concessão, sendo instaurado o **processo administrativo nº 3170629119**.
4. Contudo, de forma indiscriminadamente ilegal, a seguradora promovida, achou por bem **recusar o pagamento da indenização pretendida, e sem qualquer justificativa plausível, já que apenas encaminhou uma carta alegando uma suposta ausência de declaração, mas sem mencionar que declaração seria.**
5. Sendo assim, Douto Julgador, diante desta situação evidentemente abusiva, não se vislumbra alternativa para o promovente, senão requerer ao poder judiciário a devida tutela jurisdicional, com o pagamento justo pelas lesões sofridas, em virtude de acidente de trânsito que lhe vitimou de maneira PERMANENTE.

III – DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

6. O seguro DPVAT criado pela lei 6.194/74, diploma legal que determina que todos os veículos automotores paguem anualmente uma taxa que garante, na ocorrência de acidentes, o recebimento de indenização, tanto no caso de lesões quanto no caso de morte da vítima.
7. Nessa linha, o **art. 3º da lei nº. 6.194/74**, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente, total ou parcial, e despesas de assistência médica e suplementar.
8. Em caso de sequelas que ocasionem invalidez permanente, como a que fora suportada pelo promovente, o benefício abrangido pelo seguro obrigatório (DPVAT) pode pagar indenizações aavítimas de até **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).**
9. Veja-se, *in verbis*, trecho do art. 3º da lei nº 6.194/74:



*"Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:
(...)
II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;" (grifos nosso)*

10. Assim, resta claro que o promovente deve ser indenizado pelo seguro, como medida de direito.
11. Neste sentido, é o entendimento sedimentado pela nossa Jurisprudência:

APELAÇÃO. INDENIZAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT. OS DANOS PESSOAIS COBERTOS PELO SEGURO OBRIGATÓRIO COMPREENDEM AS INDENIZAÇÕES POR MORTE, INVALIDEZ PERMANENTE E DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPL EMENTARES (ART. 5º DA LEI N. 6.194/74). PROVADA A INVALIDEZ PERMANENTE DA VÍTIMA, FAZ-SE DEVIDA A INDENIZAÇÃO POSTULADA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. UNÂNIME.(APL 802754920098070001 DF 0080275-49.2009.807.0001, Rel. WALDIR LEÔNICIO LOPES JÚNIOR. DJ: 28/03/2012).

12. Vale ressaltar ainda, que **o demandante ingressou com pedido administrativo prévio** antes de ajuizar a presente demanda, sendo-lhe negado o pagamento do benefício pela ré, sob o injusto e frágil fundamento de “ausência de declaração”, mas sem se mencionar que documentação estava faltando, já que o autor juntou ao procedimento todos os documentos necessários e hábeis ao recebimento da referida indenização.

13. E frise, Excelência, que os documentos indexados à esta inicial (todos do procedimento administrativo e outros), bem como outras provas que serão produzidas no transcurso do processo, demonstrarão a **existência de nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente**, restando assim, plenamente preenchidas todas as condições objetivas para o recebimento do seguro obrigatório, nos exatos termos do **art. 5º da Lei nº 6.194/74**, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, ind pendentemente da existência de culpa, haja u não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade d segurado. (grifo nosso)



14. Ademais, em situações semelhantes a espécie dos autos, nossos tribunais já solidificaram entendimento favorável aos segurados. Veja-se:

RECURSOS DE APELAÇÃO – COBRANÇA DE SEGURO DPVAT – **ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE DOCUMENTO IMPRESCINDÍVEL – PRELIMINAR REJEITADA** – VEÍCULO NÃO LICENCIADO NO PAÍS – IRRELEVÂNCIA – CORREÇÃO MONETÁRIA – CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA.

1- As normas do seguro DPVAT não exigem o boletim de ocorrência como documento essencial para ajuizamento da ação.

2- **O artigo 5º da Lei 6.174/94 exige apenas a prova do acidente e do dano decorrente para o pagamento da indenização do seguro DPVAT, razão pela qual é irrelevante o fato de um dos veículos envolvidos no acidente não ser licenciado no país.**

3- Por ter a função de preservar o poder de compra da indenização, **considera-se devida a correção monetária desde o dia do acidente.**

4- Por ter dado causa ao ajuizamento da ação, a seguradora tem o ônus de arcar com as custas processuais e honorários de sucumbência, mesmo quando o pedido é julgado parcialmente procedente. Nesses casos considera-se que o autor decaiu em parte mínima do pedido, visto que a verdadeira característica da lesão só é apurada com a perícia judicial, o que impossibilita ou dificulta a especificação do valor efetivamente devido já petição inicial.

Recurso de apelação da autora provido e da empresa ré não provido.

(Apelação - Nº 0800567-14.2012.8.12.0019 - Ponta Porã Relator – Exmo. Sr. Juiz Vilson Bertelli, 2ª Câmara Cível, j. 30 de setembro de 2014). (Grifos nosso)

O entendimento do Superior Tribunal de Justiça é claro no sentido de que a indenização devida à pessoa vitimada, decorrente do Seguro Obrigatório, se identificado ou não o automóvel, bem como efetuado ou não o pagamento dos prêmios, deve ser feito com os mesmos moldes das demais ocorrências, excepcionalmente, independentemente de o sinistro ter ocorrido antes das modificações inseridas pela Lei nº. 8.441/1992. **Convém lembrar que a indenização do DPVAT decorre do próprio evento danoso, no intuito de proteger as vítimas ou beneficiários.** (TJPR - 8ª C.Cível - EDC - 1231821-7/01 - Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Osvaldo Nallim Duarte - Unânime - - J. 23.10.2014).

(TJ-PR - ED: 1231821701 PR 1231821-7/01 (Acórdão), Relator: Osvaldo Nallim Duarte, Data de Julgamento: 23/10/2014, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 1494 27/01/2015)

Não prevendo o dispositivo da lei especial de regência a exclusão de determinada categoria de veículos automotores do



sistema legal de pagamento de indenização para vítimas de veículo não identificado, com seguradora também não identificada, não pode a resolução fazê-lo.

(REsp 620.178/RJ, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/10/2005, DJ 20/02/2006)

15. Assim, afigura-se devido o pagamento de indenização ao demandante, que deve ser suportado pela seguradora demandada, e tomando-se como parâmetro os valores estabelecidos pelo **ANEXO da lei 6.194/1974**, incluído pela **lei 11.945/2009**, de acordo com os percentuais perdas anatômicas experimentados pelo promovente.

IV – DA ESCOLHA DA SEGURADORA PROMOVIDA

16. Apenas por cautela, importa muito ressaltar, que a escolha da seguradora promovida por mera liberalidade da parte autora, já é entendimento pacificado pela jurisprudência pátria, tendo em vista que o pagamento do referido seguro deverá ser efetuado por qualquer seguradora privada integrante do consórcio instituído pela resolução 1/75 do CNSP. Nesse sentido, veja-se o seguinte julgado:

EMENTA: FACULDADE DE ESCOLHA DA SEGURADORA FINALIDADE DO VEICULO. IRRELEVANCIA. Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório, pouco importando a condição do veículo e a finalidade a que se destina, defeso torna-se a imposição de limites por Resolução. (Acórdão nº 2.115/01, proferido nos autos do Recurso nº 926/01, publicado do DJ-MA em 06/07/01).

V – DO PEDIDO

17. Diante do exposto, **REQUER** a Vossa Excelência:

- a) **A concessão dos benefícios da JUSTIÇA GRATUITA**, previstos nos artigos 98 e seguintes da lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil), tendo em vista a hipossuficiência do promovente, que o impossibilita de arcar com as despesas decorrentes de uma eventual sucumbência ou com o preparo de um possível recurso.
- b) **CITACÃO** da promovida, no endereço fornecido e informado no preâmbulo do presente expediente inaugural, **pelo correio (art. 246-I, CPC/2015), ou por meio eletrônico (art. 246-V, CPC)**, para, querendo, contestar à presente demanda, advertindo-a, outrossim, das consequências jurídicas advindas da revelia e da



confissão.

c) A **INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA**, nos termos do art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor;

d) Em cumprimento ao disposto no **Art. 319, VII do CPC/2015**, o autor opta pela **não realização de audiência de conciliação ou de mediação**, tendo em vista que a sua designação apenas retardaria a resolução do presente litígio, uma vez que este se mostra, até então, inconciliável, em virtude da extensão dos danos do ato ilícito praticado pela promovida, preferindo a promovente aguardar o sábio *decisium* deste Douto Juízo.

f) **Julgue a ação totalmente PROCEDENTE**, em ordem a condenar a companhia seguradora demandada a pagar ao autor a **indenização prevista na Lei nº 6.194/74 e dispositivos legais correlatos, em valor condizente com o grau de invalidez permanente que seja apurado ao final da fase de instrução**, acrescidos de juros de mora e atualização monetária, consectários legais estes que deverão ter incidência sobre a importância devida, a contar da recusa (indevida) da seguradora.

g) A **CONDENAÇÃO** da promovida, por fim, ao pagamento das custas, taxas judiciárias e demais despesas processuais eventualmente incidentes, além de honorários advocatícios sucumbenciais a serem fixados em 20% sobre o valor da condenação;

Por fim, pugna pela produção de todos os meios de prova em direito admitidos, em especial **PERÍCIA MÉDICA**, de modo que sejam verificados os graus de perdas funcionais dos membros do autor que **lhe invalidaram permanentemente**, bem como a tomada de depoimento pessoal da demandada, sob pena de confissão e de incidir os efeitos da revelia, prova documental, testemunhal, pericial, prova emprestada, bem como outros meios necessários ao deslinde desta demanda.

Dá-se a causa, para meros efeitos fiscais, o valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

Termos em que pede, confia e aguarda deferimento.
João Pessoa – PB, 31 de dezembro de 2019.

RAPHAEL TEIXEIRA DE LIMA MOURA
OAB/PB 21.549



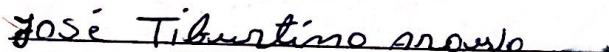
PROCURAÇÃO PARTICULAR

OUTORGANTE: JOSE TIBURTINO ARAUJO, brasileiro, solteiro, vigilante, portador da cédula de identidade registrada sob o n.º 2806022 - SSP/PB, inscrito no CPF sob o n.º 044.277.534-26, residente e domiciliada à Rua Luiz Romualdo da Silva, s/nº, apto. 102, bairro do Geisel, cidade de João Pessoa - PB, CEP: 58077-032.

OUTORGADO: RAPHAEL TEIXEIRA DE LIMA MOURA, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/PB sob o n.º 21.549, e que pode receber intimações na Rua Professor Oswaldo de Miranda Pereira, n.º 1176, bairro do Brisamar, cidade de João Pessoa/PB, (83) 9 8892-1412.

PODERES: Os da cláusula "*ad judicium et extra*", para o foro em geral, com poderes expressos e especiais, para representar os interesses do outorgante acima nominada na obtenção do Seguro DPVAT, podendo fazê-lo em qualquer instância administrativa e/ou judicial que se faça necessário, podendo desistir, renunciar direitos, conciliar, transigir, firmar compromisso ou acordos, receber cheque, alvará, numerário, sempre passando a respectiva quitação, propor execução, habilitar crédito, ação ordinária, procedimento sumário, ação rescisória, embargos, agravos, representando ainda o outorgante, para o fins do disposto no artigo 359 do Código de Processo Civil, podendo ainda requerer ao juiz da causa o desmembramento e/ou a retenção do percentual devido à título de honorários advocatícios convencionados em instrumento particular autônomo; autorizado também o direito de substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, sempre no interesse do outorgante.

João Pessoa - PB, 16 de outubro de 2017.


JOSE TIBURTINO ARAUJO
OUTORGANTE

Scanned with CamScanner



Rio de Janeiro, 04 de Dezembro de 2017

Aos Cuidados de: JOSE TIBURTINO ARAUJO

Nº Sinistro: 3170629119

Vitima: JOSE TIBURTINO ARAUJO

Data do Acidente: 25/04/2017

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: RAPHAEL TEIXEIRA DE LIMA MOURA

Assunto: AVISO DE SINISTRO

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o **número de sinistro 3170629119**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Invalidez Permanente é de **ATÉ R\$ 13.500,00**, apurado com base no grau da lesão permanente sofrida, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 12050785

Pag. 00107/00108 - carta_01 - INVALIDEZ





(/)



Buscar no site

A
COMPANHIASEGURO
DPVATPONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-
Atendimento)CENTRO DE DADOS E
ESTATÍSTICASSALA DE
IMPrensaTRABALHE
CONOSCO

CONTATO

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados e o prazo para entrega da documentação completa é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3170629119 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA JOSE TIBURTINO ARAUJO

COBERTURA Invalidez




PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO JOSE TIBURTINO ARAUJO

CPF/CNPJ: 04427753426

Posição em 25-11-2019 18:47:43

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi negado, pois não recebemos a documentação complementar que foi solicitada

| Histórico das correspondências enviadas | | |
|---|---|--|
| Data da Carta | Referência | Ver Carta |
| 03/06/2018 | PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO |  (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/YntvZ3QJPMw0W1O37ccapi_key=QQnlz67zcRTIHfCuBYpn4G4DkbZ8rGn5CVW33KS5KPU=) |
| 28/12/2017 | ABERTURA DE PEDIDO DE SEGURO DPVAT |  (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/GrE__U86zNyzVmt3+NQapi_key=QQnlz67zcRTIHfCuBYpn4G4DkbZ8rGn5CVW33KS5KPU=) |
| 28/12/2017 | NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS |  (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/cm61QBTEln4Tcmi1Hapi_key=QQnlz67zcRTIHfCuBYpn4G4DkbZ8rGn5CVW33KS5KPU=) |

Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT





(<https://itunes.apple.com/us/app/seguro-dpvat/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8>)



(<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital>)

ACESSIBILIDADE



(/Pages/Acessibilidade.aspx)



(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A O

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

Documentos Despesas Médicas (/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx)

Documentos Invalidez Permanente (/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)

Documentos Morte (/Pages/Documentacao-Morte.aspx)

Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

PAGUE SEGURO

Como Pagar (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)

Consulta a Pagamentos Efetuados (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx)

ACOMPANHE O PROCESSO

Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização. (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)

(<https://www.seguradoralider.com.br>)

(<https://www.seguradoralider.com.br/Seguro-DPVAT/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx>)

Serviços

- › Acompanhe seu Processo (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)
- › Consulta a Pagamentos (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx)
- › Saiba Como Pagar (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)
- › Pontos de Atendimento (/Pontos-de-Atendimento)
- › Como Pedir Indenização (/Seguro-DPVAT/Como-Pedir-Indenizacao)

Dúvidas e Respostas

- › A Seguradora Líder-DPVAT (/Pages/Quem-Somos.aspx)
- › Sobre o Seguro DPVAT (/Pages/Sobre-o-Seguro-DPVAT.aspx)
- › Informações Gerais (/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx)
- › Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)
- › Dicionário do Seguro DPVAT (/Seguro-DPVAT/Dicionario-do-Seguro-DPVAT)
- › Perguntas Frequentes (/Seguro-DPVAT/Perguntas%20Frequentes)

Atendimento

www.seguradoralider.com.br/Seguro-DPVAT/Acompanhe-o-Processo

2/3



Assinado eletronicamente por: RAPHAEL TEIXEIRA DE LIMA MOURA - 31/12/2019 21:31:14
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19123121311365900000026336934>
Número do documento: 19123121311365900000026336934

Num. 27286458 - Pág. 2

25/11/2019

Seguradora Líder-DPVAT Acompanhe o Processo

- › Chat - Atendimento On-line (/Contato/Chat-e-Atendimento-On-Line)
- › Dúvidas, Reclamações e Sugestões (/Contato/Duvidas-Reclamacoes-e-Sugestoes)
- › Telefones de Contato (/Contato/telefones-de-contato)
- › Ouvidoria (/Contato/Ouvidoria)
- › Canal de Denúncias (/Contato/canal-de-Denuncias)
- › Mapa do Site (/Mapa-do-Site)
- › Consumidor.gov (<https://www.consumidor.gov.br/pages/principal/?1556814921288>)

[Termos de uso e política de privacidade \(/Pages/Termos-de-Uso.aspx\)](#)



IDENTIFICAÇÃO

VÍTIMA Jose Tiburtino Amaro
 DATA DO ACIDENTE 25/04/2017 CPF DA VÍTIMA 044.277.534-26
 PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO _____
 QUALIFICAÇÃO DO PORTADOR ☒ VÍTIMA () REPRESENTANTE LEGAL, CUJO PARANTESCO COM A VÍTIMA É _____
 ENDEREÇO DO PORTADOR Rua Luiz Romualdo da Silva
 Nº 51º COMPLEMENTO Apto 102 BAIRRO General
 CIDADE João Pessoa UF PB CEP 58077-032
 E-MAIL _____ TELEFONE (____) _____

MARQUE (X) PARA CADA DOCUMENTO ENTREGUE:

DOCUMENTOS BÁSICOS - INVALIDEZ PERMANENTE DUT

- ☒ REGISTRO DE OCORRÊNCIA EXPEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
☒ CARTEIRA DE IDENTIDADE DA VÍTIMA OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CERTIDÃO DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
☒ CPF DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
☒ LAUDO ~~BOATE~~ (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
☒ NA IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAR O LAUDO DO IML: DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML (ORIGINAL), ASSINADA PELA VÍTIMA E RELATÓRIO DO MÉDICO ASSISTENTE (ORIGINAL), QUE COMPROVE A EXISTÊNCIA DA INVALIDEZ PERMANENTE, COM A DATA DA ALTA DEFINITIVA
☒ BOLETIM DE ATENDIMENTO HOSPITALAR OU AMBULATORIAL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
☒ COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
☒ AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO / CRÉDITO DE INDENIZAÇÃO DA VÍTIMA (ORIGINAL), COM DOCUMENTOS QUE CONFIRMEM OS DADOS BANCÁRIOS, TAIS COMO CÓPIA DE FOLHA DE CHEQUE OU CARTÃO BANCÁRIO

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES - INVALIDEZ PERMANENTE Procuração / SUSSEP

- ☒ CARTEIRA DE IDENTIDADE DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER, OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
☒ CPF DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
☒ COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DA RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
 OBS: REPRESENTANTE LEGAL É QUEM REPRESENTA A VÍTIMA MENOR, DE 0 A 15 ANOS, PODE SER PAI OU MÃE

DOCUMENTOS BÁSICOS - DAMS

- () REGISTRO DE OCORRÊNCIA EXPEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
 () CARTEIRA DE IDENTIDADE DA VÍTIMA OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CERTIDÃO DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
 () CPF DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
 () RELATÓRIO DO MÉDICO ASSISTENTE, INFORMANDO AS LESÕES SOFRIDAS EM DECORRÊNCIA DO ACIDENTE E O TRATAMENTO REALIZADO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
 () COMPROVANTES (ORIGINAIS E LEGÍVEIS) DAS DESPESAS MÉDICAS HOSPITALARES QUITADAS
 () NOTAS FISCAIS (ORIGINAIS E LEGÍVEIS) DE FARMÁCIA ACOMPANHADAS DO RESPECTIVO RECEITUÁRIO MÉDICO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
 () COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
 () AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO / CRÉDITO DE INDENIZAÇÃO DA VÍTIMA (ORIGINAL), COM DOCUMENTOS QUE CONFIRMEM OS DADOS BANCÁRIOS, TAIS COMO CÓPIA DE FOLHA DE CHEQUE OU CARTÃO BANCÁRIO

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES - DAMS

- () CARTEIRA DE IDENTIDADE DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER, OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
 () CPF DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
 () COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
 OBS: REPRESENTANTE LEGAL É QUEM REPRESENTA A VÍTIMA MENOR, DE 0 A 15 ANOS, PODE SER PAI OU MÃE

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- VALORES DE INDENIZAÇÃO
- MORTE = R\$ 13.500,00
 - INVALIDEZ PERMANENTE = ATÉ R\$ 13.500,00. ESTE VALOR VARIA CONFORME A GRAVIDADE DAS LESÕES E DE ACORDO COM TABELA DE SEGURO PREVISTA NA LEI 6.194/74.
 - DESPESAS MÉDICAS (DAMS) = REEMBOLSO ATÉ R\$ 2.700,00 (REEMBOLSO). ESTE VALOR VARIA CONFORME O TOTAL DE DESPESAS COMPROVADAS.
- O PRAZO PARA PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO É DE 30 DIAS CONTADOS A PARTIR DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO COMPLETA
- COM BASE NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, PODERÃO SER SOLICITADOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, COMO OS LISTADOS NESTE FORMULÁRIO
- PARA ACOMPANHAR O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO, ACESSSE WWW.DPVATSEGURADOTRANSITO.COM.BR OU LIGUE GRÁTIS SAC DPVAT 0800 022 1204

PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE

DATA _____

IDENTIDADE _____

ASSINATURA Raphael Teixeira de

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO NA SEGURADORA

DATA _____

NOME _____

ASSINATURA _____



CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 02036.01.2017.1.00.420

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 02036.01.2017.1.00.420, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 12:24 horas do dia 08 de novembro de 2017, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos da Capital, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Alberto Jorge Diniz e Silva, matrícula 1331957, e lavrado por Fabiana de Lima Bezerra, Agente de Investigação, matrícula 1819003, ao final assinado, compareceu **José Tiburtino Araújo**, CPF nº 044.277.534-26, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), identidade de gênero masculino, profissão Vigilante, filho (a) de Neuza Araújo Souza Tiburtino e Tiburtino Araújo, natural de Olho D'água/PB, nascido(a) em 28/01/1984 (33 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Luiz Romualdo da Silva, Nº 99, complemento APART. 102 - ED. QUATRO LARES, bairro Cuiá, tendo como ponto de referência Posto Cajueiro, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98747-0010.

Dados do(s) Fatos:

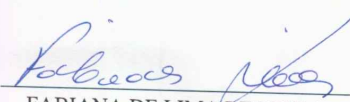
Local: Rua Luiz Romualdo da Silva, Próximo Ao Posto Cajueiro, João Pessoa/PB, bairro Cuiá; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 25/04/17 15:20h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LESÃO ACIDENTAL DE TRÂNSITO**.

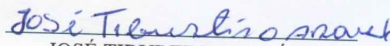
E NOTIFICOU O SEGUINTE:

Que conduzia a MOTOCICLETA HONDA/CG 125 FAN, PRETA, 2008/2008, PLACA MOI8386/PB, CHASSI 9C2JC30708R653276, registrada em nome do noticiante, quando ao desviar de um CARRO não identificado que parou repentinamente à sua frente o noticiante acabou batendo no meio-fio, perdendo o controle da moto e caindo ao solo, onde em decorrência veio a lesionar-se conforme LAUDO MÉDICO EXPEDIDO PELO DR. JOSÉ GUTEMBERG C. DE LIMA, CRM 1738, DATADO DE 27/04/2017, DA ORTO CLÍNICA- CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE; Informa que após o acidente foi socorrido por seu primo, em veículo particular, para o Hospital Samaritano.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fê.

João Pessoa/PB, 08 de novembro de 2017.


FABIANA DE LIMA BEZERRA
Agente de Investigação


JOSÉ TIBURTINO ARAÚJO
Noticiante

Procedimento Policial: 02036.01.2017.1.00.420



DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML

Eu, JOSE TIBURTINO ARAUJO,
portador da carteira de identidade nº 2806022 SSP/PB e inscrito no
CPF nº 044.277.534-26, residente e domiciliado na
RUA LUIZ ROMUALDO DA SILVA, S/Nº, APT. 102, BAIRRO
DO GEISEL, JOÃO PESSOA/PB, CEP: 58077-030,
Cidade JOÃO PESSOA, Estado PB, declaro, sob as
penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto
Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro
DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- () Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou
() O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza
perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
(X) O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza
perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro
DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo
automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a
análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico
Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da
Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da
lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa
perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao
direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

Jose Tiburtino Araujo
Assinatura do declarante
Conforme documento de identificação
PIP Raphael Teixeira de Lima Moura

JOÃO PESSOA-PB, 01 de NOVEMBRO DE 2017
Local e data



Sistematização da Assistência de Enfermagem do Bloco Cirúrgico

| | | |
|---------------------------------------|---------------------------------|----------------------|
| Etiqueta de identificação do paciente | Paciente: <u>João Tiburtino</u> | Data: <u>25/4/17</u> |
| | Nome da Mãe: _____ | Convênio: _____ |
| | Cirurgião: _____ | 2ª Cirurgião: _____ |
| | 3ª Cirurgião: _____ | Anest.: _____ |
| | Cirurgia: <u>frat. rachão</u> | Origem: <u>60</u> |

ADMISSÃO NO CENTRO CIRÚRGICO

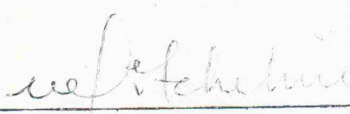
| |
|---|
| Procedência: () Recepção () Urgência () Enfermaria <input checked="" type="checkbox"/> Apartamento () UTI |
| Prótese dentária: () Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não |
| Jejum: <input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não |
| Uso de Medicamentos: () Sim () Não Qual: _____ |
| Alergias: () Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Qual: _____ |
| Morbidades: () Obesidade () Hipertensão () Diabetes () Asma () Outros: _____ |

EVOLUÇÃO NA SALA CIRÚRGICA

| |
|---|
| Punção Venosa: <input checked="" type="checkbox"/> Periférica MS () Subclávia () Dissecção Venosa () Jugular |
| Posição do Paciente no Trans-Operatório: <input checked="" type="checkbox"/> Dorsal () Ventral () Lateral E/D () Ginecológica |
| Sondagem Vesical: () Sim () Não nº _____ () 2 Vias 3 () 3 vias c/irrigação |
| Tipo: () Demora () Alívio |
| Presença de Diurese: () Sim () Não |
| Tipo de Anestesia: () Geral () Raqui-anestesia () Peridural () Sedação () Local <input checked="" type="checkbox"/> Geral Venosa |
| Destino: () Apto () UTI () Alta Hospitalar () Óbito () URPA Hora da Saída: <u>21:20</u> hs |

ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

19:20 Paciente admitido no B.C. p/ submeter-se a fratura de rádio, sob efeito de anestesia geral. Após término do procedimento cirúrgico, sem intercorrências, p/ente encaminhado p/ apto. #


Assinatura do Enfermeiro (a)
COREN





Hospital Samaritano

REGISTRO: 4521283
NOME: JOSÉ TIBURTINO ARAUJO
DN: 28/01/1984 (33 ANOS)
MAE: NEUZA ARAUJO SOUZA TIBURTINO
INTERNAÇÃO CIRÚRGICA: FRATURA DE RADIO DISTAL.
CONVENIO: PARTICULAR/PACOTE
DATA: 25 / 04 / 2017

AS DE CIRURGIA

Paciente: _____
Atendimento: Cirurgico
Convênio: pacote
Cirurgia: Fratura de radio distal
Cirurgião: Drº José Gutemberg
Sala: 08 Data: 25/04/2017
Circulante de sala (não rubricar): Neto + Nadijo

| | | |
|---|--|---|
| <p>25.04.17 02 Data do Processo No. do Equipamento Data de Validade No. do Ciclo 02.07.17 02 No. do Operador tyrex</p> | <p>1655 Data do Processo No. do Equipamento Data de Validade No. do Ciclo 22.07.17 02 No. do Operador tyrex</p> | <p>20.04.17 02 Data do Processo No. do Equipamento Data de Validade No. do Ciclo 20.07.17 02 No. do Operador BROWNE</p> |
| <p>20.07.17 02 Data do Processo No. do Equipamento Data de Validade No. do Ciclo 20.07.17 12 No. do Operador BROWNE</p> | <p>25.04.17 02 Data do Processo No. do Equipamento Data de Validade No. do Ciclo 02.07.17 02 No. do Operador tyrex</p> | |
| <p>25/04/17 25/04/17</p> | | |
| <p>02/04/17 25/04/17</p> | | |
| <p>25/04/17 25/04/17</p> | | |



| | | | | | | | |
|-----------------|-------------------------|--|--|--------------|-----------------------------|--|--|
| Paciente: | José Tiburcio Araújo | | | Convênio: | Pacote | | |
| Cirurgia: | Fratura de rádio distal | | | Data: | 25/04/2017 | | |
| Cirurgião: | Dr. José Gutemberg | | | Anestesista: | Dr. Aurélio Estrela | | |
| Auxiliar 1: | Dr. José Gutemberg | | | Anestesia: | bloqueio de plexo + Sedação | | |
| Auxiliar 2: | | | | Circulante: | Nadja e Neto | | |
| Instrumentador: | Achilano | | | Idade: | 27 anos | | |

| MEDICAMENTOS | | | | | | | | |
|----------------------|----|----|-------------------|----|--------------------|----|---------------------|----|
| Água Destilada 10 ml | 11 | 03 | Droperidol | | Nimbium | | Tilatil 20 mg | 01 |
| Adrenalina | | | Etomidato | | Neomicina Pomada | | Transamin | |
| Aminofilina | | | Efedrina | | Neocaína Isobárica | | Tramal 50mg | |
| Amicacina | | | Fenergan | | Neocaína Pesada | | Tracrium | |
| Atropina | | | Fentanil 2ml | 1 | Novabupi 0,5 c/v | 01 | Ultiva 2mg | |
| Bextra 40mg | | | Fentanil 10ml | | Novabupi 0,5 s/v | | Unasyn 3g | |
| Buscopam Composto | | | Flagyl 500mg | | Nubaim | | Xilocaína 2% Fr | 01 |
| Buscopam Simples | | | Fenitoína | | Omeprazol | | Xilocaína 2% 5ml | |
| Brycanil | | | Flumazenil | | Oxacilina 500mg | | Xilocaína 2% geléia | |
| Clonidina | | | Gentamicina | | Pavulon | | Dramin B6 | |
| Cipro 200mg | | | Glicose 50% | | Plasil | | Vitamina C | |
| Duo Decadron | | | Hidrocortisona | | Precedex | | Vitamina K | |
| Dimorf 0,2mg | | | Keflim 1g | | Profenid | | Vitamina B | |
| Dimorf 10mg | | | Kefazol 1g | 01 | Propofol | | | |
| Dimorf 1mg | | | Ketalar/Ketamin | | Prostigumine | | | |
| Dexametasona mg | | | Kolagenase Pomada | | Quelicim mg | | Sevorane (ml) | |
| Dipirona Sódica | | | Lasix | | Rapifen | | Halotano (ml) | |
| Dolosal | | | Liquemine | | Ranitidina | | Forane (ml) | |
| Dormonid | 1 | 01 | Narcan | | Rocefin 1g | 1 | | |
| Diazepam | | | Nausedron | | Telebrix | | | |

| SOLUÇÕES | | | |
|--------------------------|---|------------------------|----|
| Soro Fisiol. 0,9% 1000ml | | Soro Ringer c/ Lactato | 02 |
| Soro Fisiol. 0,9% 500ml | 1 | Água Destilada 1L | |
| Soro Fisiol. 0,9% 250ml | | Purisolet | |
| Soro Glicosado 5% 250ml | | Manitol | |
| Soro Glicosado 5% 500ml | | Voluven | |

| MATERIAIS DESCARTÁVEIS | | | |
|--------------------------|------|-----------------------|----|
| Agulha 13x4,5G | | Conexão 2 vias | 01 |
| Agulha 25x7G | 1 | Dreno Penrose 1 | |
| Agulha 40x12G | 11 | Dreno Penrose 2 | |
| Agulha Raqui 25G | | Dreno Penrose 3 | |
| Agulha Raqui 26G | | Dreno Sucção 3,2 | |
| Agulha Raqui 27G | | Dreno Sucção 4,8 | |
| Agulha Peridural 16G | | Dreno Sucção 6,4 | |
| Agulha Peridural 17G | | Dreno Tórax 32 | |
| Agulha Peridural 18G | | Dreno Tórax 36 | |
| Agulha de Bloqueio Plexo | 1 | Dreno Tórax 38 | |
| Jelco 14G | | Esparadrapo 20cm | |
| Jelco 16G | | Eletródos | 05 |
| Jelco 18G | | Equipo Macrogotas | 01 |
| Jelco 20G | 01 | Equipo Microgotas | |
| Jelco 22G | | Escova degermante | 04 |
| Jelco 24G | | Gorro Descartável | 04 |
| Atadura Crepom 15cm | 1111 | Gaze Pacote | 06 |
| Atadura Crepom 30cm | | Gelfoan | |
| Atadura Gessada | 1 | Surgicel | |
| Coletor Sist. Aberto | | Intracath | |
| Coletor Sist. Fechado | | Catéter monolúmen | |
| Cateter Nasal | 1 | Filtro bacteriológico | |
| Cateter Peridural 16 | 01 | Capa VDL | |

| EQUIPAMENTOS | | | |
|------------------|--|------------|--|
| Aspirador | | Capnógrafo | |
| Bisturi Elétrico | | CO2 | |
| Bomba de Infusão | | Oxigênio | |
| Carro de VDL | | Nitrogênio | |

| MATERIAIS DE CONSUMO | | | |
|----------------------|----|----------------------|-------|
| Luva de Procedimento | 05 | Cartucho de Ligaclip | |
| Luva 7,0 | | Perfusor Seth | |
| Luva 7,5 | 11 | Sonda Gástrica 18 | |
| Luva 8,0 | 1 | Sonda Gástrica 20 | |
| Luva 8,5 | 1 | Sonda Uretral 4 | |
| Lâmina Bisturi 11 | | Sonda Uretral 6 | |
| Lâmina Bisturi 15 | 1 | Sonda Uretral 8 | |
| Lâmina Bisturi 24 | | Sonda Uretral 10 | |
| Máscara Descartável | 05 | Sonda Uretral 12 | |
| Propé | | Sonda Uretral 14 | |
| Seringa 1ml | | Sonda Uretral 16 | |
| Seringa 3ml | | Sonda Uretral 18 | |
| Seringa 5ml | 02 | Sonda Uretral 20 | |
| Seringa 10ml | 02 | TOT 4,0 | |
| Seringa 20ml | 02 | TOT 7,5 | |
| Seringa 60ml | | TOT 8,0 | |
| Sonda Foley 3v 18 | | TOT 8,5 | |
| Sonda Foley 3v 20 | | TOT 9,0 | |
| Sonda Foley 3v 22 | | Transofix | 01 |
| Sonda Foley 2v 12 | | Equipo de BIC | |
| Sonda Foley 2v 14 | | Equipo de Sangue | |
| Sonda Foley 2v 16 | | Equipo Irrigoplás | |
| Sonda Foley 2v 18 | | Algodão Ortopédico | 11 02 |

Viviane Cardoso de Almeida
Enfermeira
COREN-PB 295669

Num. 27286460 - Pág. 3



Hospital Samaritano

R= 4521283

60

particular

Sistema de Distribuição de Medicamentos Por Dose Individualizada - SDMDI

Prescrição Médica

Data: 25/04/2017

Paciente: JOH TIDUSTINO D. ARAUJO
Clínica: ORTOPEDIA Apt: 60 Convênio: Particular

| OED | AGENTE TERAPÊUTICO / QUANTIDADE / VIA | HORÁRIO |
|----------|--|---------------|
| 25/04/17 | ① Diet. low | SND |
| | ② Soro fisiol. 17 - 150 ml - 23° | |
| | ③ Cefalotina 1.0g - 25 05 17 | |
| | EU 2 6/6h | |
| | ④ Til. til 40mg - 1 - 23 05 17 | |
| | EU 1 12/12h | |
| | ⑤ Difen 2,0cc EU 05 | |
| | ⑥ Verificar curativos e limpeza de extremidade do dedo | |
| | Panel de acompanhamento de EV 7 | |
| | Dr. José Gutemberg L. de Lima Especialista em Ortopedia Total CRM 17738 | |
| | Dr. Kalo Fernandes Ortopedia e Traumatologia CRM 8964 | |
| 26/04/17 | Dr. Kalo Fernandes Ortopedia e Traumatologia CRM 8964 | |
| MÉDICO: | Dr. José Gutemberg L. de Lima Especialista em Ortopedia Total de Joelho e Quadril CRM 17738 | SEPARADO POR: |
| CRM: | | |





Hospital Samaritano

CENTRO CIRÚRGICO – FICHA DE CIRURGIA

FICHA DA CIRURGIA

Paciente: João Filipe Dias d. L. P.
Idade: 47 Sexo: M Sala: --- Data: 25/04/2017 Convênio: PARI

SUMÁRIO CLÍNICO

F. sup. e inf. e cr. e
unif. flexão d. de h. e
ext. com. m. e

EQUIPE CIRÚRGICA

Cirurgião: João Gutierrez C. de Lima
1º. Auxiliar: ✓ J. S. S. K.
2º. Auxiliar: ---
3º. Auxiliar: ---
Anestesista: Aurilio Cabral
Instrumentador(a): Adriano

DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

Data da Cirurgia: 25/04/2017 Hora Inicial: 19:20 Hora Final: 21:30
Tipo de Cirurgia: Redução e encurtamento d. de h. e
Diagnóstico Pré-Operatório: epifis. e univ. flex.
Tipo de Anestesia: d. de h. e
Risco Cirúrgico: B. e flex. d. de h. e
Intercorências Cirúrgicas: univ.

Diagnóstico Pós-Operatório: ---

Cirurgia (Descrever via acesso, Tática e Técnica, Ligadura, Sutura, Aspecto das Visceras, material empregado)

- ① insuflar e art. superior d. de h. e
- ② definição d. de h. e
- ③ Redução univ. d. de h. e
- ④ ext. e inf. d. de h. e
- ⑤ univ. e inf. d. de h. e





Hospital Samaritano

Ficha de Evolução Clínica

Paciente:

Leito:

Convênio:

Setor:

DATA

25/04/12 RT submetido a re-
cess comissão de fixação
coaxial de 2 pontos
de sutura com fio
e 2 pontos de sutura
com fio de 2 pontos
de sutura com fio de 2 pontos
de sutura com fio de 2 pontos
de sutura com fio de 2 pontos

Dr. José Gutemberg C. de Lima
Especialista Artroplastia Total
de Joelho e Quadril
CRM - 1738

26/04/2012 pt. H. H. H.

Dr. José Gutemberg C. de Lima
Especialista Artroplastia Total
de Joelho e Quadril
CRM - 1738





ORTOCLÍNICA

CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE

Fraturas, Ortopedia,
Artroscopia Joelho / Ombro,
Reumatologia, Fisioterapia,
Raio-X, Cirurgia do Quadril e
Oncologia Ortopédica.

Dr. Renato Queiroz
CRM 596

Dr. Ruy Gouveia Filho
CRM 4343

Dr. José Gutemberg de Lima
CRM 1738

Dr. Adriano Fernandes Leite
CRM 4421

Dr. Gerson de Azevedo
CRM 5722

Dr. Luciano José Lira Mendes
CRM 4290

Dr. Diego José Lopes de Lima
CRM 7487

Dra. Maria Roberta P. Melo
CRM 7883

Dra. Andrea Hattori Nasrala
CRM 10582

Dr.ª Verônica Queiroz
CREFTO 18276-F

Dr.ª Carolina Queiroz
CREFTO 81673-F

Dr.ª Jannaina Henriques
CREFTO 21644-F

Dr. José Gutemberg C. de Lima
Especialista Artroplastia Total
CRM - 1.738

R. Wandick Filgueiras, 185 - Tambauzinho - CEP 58042-110 - João Pessoa/PB - CNPJ: 40.981.706/0001-04

Fones: (83) 3224.7452 / 3224.0855 - Fax: (83) 3244-5218

Site: www.ortoclinicapb.com.br - Email: cis.ortoclinica@uol.com.br



ORTOCLÍNICA

CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE

Fraturas, Ortopedia,
Artroscopia Joelho / Ombro,
Reumatologia, Fisioterapia,
Raio-X, Cirurgia do Quadril e
Oncologia Ortopédica.

Dr. Renato Queiroz
CRM 596

Dr. Ruy Gouveia Filho
CRM 4343

Dr. José Gutemberg de Lima
CRM 1738

Dr. Adriano Fernandes Leite
CRM 4421

Dr. Gerson de Azevedo
CRM 5722

Dr. Luciano José Lira Mendes
CRM 4290

Dr. Diego José Lopes de Lima
CRM 7487

Dra. Maria Roberta P. Melo
CRM 7883

Dra. Andrea Hattori Nasrala
CRM 10582

Dr.ª Verônica Queiroz
CREFTO 18276-F

Dr.ª Carolina Queiroz
CREFTO 81673-F

Dr.ª Jannaina Henriques
CREFTO 21644-F

Dr. José Gutemberg C. de Lima
Especialista Artroplastia Total
CRM - 1.738

R. Wandick Filgueiras, 185 - Tambauzinho - CEP 58042-110 - João Pessoa/PB - CNPJ: 40.981.706/0001-04

Fones: (83) 3224.7452 / 3224.0855 - Fax: (83) 3244-5218

Site: www.ortoclinicapb.com.br - Email: cis.ortoclinica@uol.com.br



Assinado eletronicamente por: RAPHAEL TEIXEIRA DE LIMA MOURA - 31/12/2019 21:31:17

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19123121311682000000026336937

Número do documento: 19123121311682000000026336937

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

INTERPRINT LTDA

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1404129358

PROIBIDO PLASTIFICAR
1404129358

NOME
JOSE TIBURTINO ARAUJO

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF
2806022 SSP PB

CPF
044.277.534-26 DATA NASCIMENTO
26/01/1984

FILIAÇÃO
TIBURTINO ARAUJO
NEUZA ARAUJO SOUZA
TIBURTINO

PERMISSÃO ACC CATAS AB

Nº REGISTRO
04120675847 VALIDADE
09/11/2021 1ª HABILITAÇÃO
15/06/2007

OBSERVAÇÕES

Assinatura do Portador

LOCAL
JOAO PESSOA, PB DATA EMISSÃO
10/11/2016

68608990135
PB033548145

DETRAN - PB (PARAIBA)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PB Nº **013746876787**
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA: 1 COD RENAVAM: 0097445103-7 DATA EMISSÃO: 31/08/2017
PLACA: 00/00000000

NOME: **JOSE TIBURTINO ARAUJO**

CPF/CNPJ: 04427753426 PLACA: MOI8386/PB

PLACA ANT/UF: NOVO PB CHASSI: 9C2JC30708R653276

ESPECIE TIPO: PAS/MOTOCICLE/NAO APLIC COMBUSTIVEL: GASOLINA

MARCA/MODELO: HONDA/CG 125 FAN ANO FAB: 2008 ANO MOD: 2008

CAP/POT/CIL: 2 P/124 /CI CATEGORIA: PARTIC COR PREDOMINANTE: PRETA

COTA UNICA: IPVA PAGO EM 00/00/0000 1º VENC/COTAS: 2º
FAIXA IPVA: 0 PARCELAMENTO/COTAS: 3º

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$): ***** IOF (R\$): ***** PRÊMIO TOTAL (R\$): ***** DATA DE PAGAMENTO: 31/07/2017

SEM RESERVA DE DOMÍNIO
DOCUMENTO DE PORTE OBRIGATORIO
NÃO VALIDO PARA TRANSFERENCIA

JOAO PESSOA-PB LOCAL: 41947 DATA: 31/08/2017
7003781

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT

PB Nº 013746876787 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.seguradoralider.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO: 2017 DATA EMISSÃO: 31/08/2017

VIA: 1 CPF/CNPJ: 04427753426 PLACA: MOI8386/PB

RENAVAM: 00974451037 MARCA/MODELO: HONDA/CG 125 FAN

ANO FAB: 2008 CAT. TARIF: 9 Nº CHASSI: 9C2JC30708R653276

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$): ***** DENATRA (R\$): ***** CUSTO DO SEGURO (R\$): *****

CUSTO DO BILHETE (R\$): ***** IOF (R\$): ***** TOTAL A SER PAGO SEGURADO (R\$): *****

PAGAMENTO: ☒ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO DATA DE QUITAÇÃO: 31/07/2017

SEGURADORA LÍDER - DPVAT
CNPJ 09.248.608/0001-04
7003781-0916461-20170831

AGO-2017



Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL**, sem rasuras, para correta análise do seu pedido de indenização. Dados incompletos ou incorretos impedem o banco de creditar o pagamento.

A conta informada precisa ser de titularidade do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL** e deve estar regularizada, ativa, desbloqueada e sem impedimento para o crédito de indenização/reembolso.

É obrigatório Representante Legal para:

Beneficiário entre 0 a 15 anos (pai, mãe, tutor) ou o Incapaz com curador. O formulário deverá ser preenchido com os dados do Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor ou Curador). Apenas o Representante Legal precisará assinar o formulário (no campo 2 - "Assinatura do Representante Legal").

Beneficiário entre 16 e 17 anos - Necessário que o Beneficiário seja assistido por seu "Representante Legal" (Pai, Mãe, Tutor). O formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário. Necessário que o formulário seja assinado pelo menor de idade (no campo 1 "Assinatura do Beneficiário") e seu Representante Legal (campo 2 "Assinatura do Representante Legal").

Número do Sinistro ou ASL

CPF da Vítima

044.277.534-26

Nome completo da vítima

Jose Tiburtino Anayo

DADOS DO RECEBEDOR DA INDENIZAÇÃO: BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL

| | | | | | |
|-------------------------------------|--------------------|-------------------------------------|---------------|----------------------|--|
| Nome completo Jose Tiburtino Anayo | | CPF titular da conta 044.277.534-26 | | Profissão Recusou | |
| Endereço Rua Luiz Romualdo da Silva | | Número 5111 | | Complemento Apto 102 | |
| Bairro Geisel | Cidade João Pessoa | Estado PB | CEP 58077-032 | Telefone (DDD) | |
| Email | | | | | |

Declaro, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder - DPVAT, residir no endereço acima. Segue, em anexo, cópia do comprovante de residência do endereço informado.

FAIXA DE RENDA MENSAL E DADOS BANCÁRIOS

| | | | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> RECUSO INFORMAR <input type="checkbox"/> R\$ 3.001,00 ATÉ R\$ 5.000,00 | | <input type="checkbox"/> SEM RENDA <input type="checkbox"/> R\$ 5.001,00 ATÉ R\$ 7.000,00 | | <input type="checkbox"/> ATÉ R\$ 1.000,00 <input type="checkbox"/> ACIMA DE R\$ 10.000,00 | | <input type="checkbox"/> R\$ 1.001,00 ATÉ R\$ 3.000,00 | |
| <input type="checkbox"/> CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção) <input type="checkbox"/> BRADESCO (237) <input type="checkbox"/> BANCO DO BRASIL (001) <input type="checkbox"/> ITAÚ (341) <input checked="" type="checkbox"/> CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (104) | | | | <input type="checkbox"/> CONTA CORRENTE (todos os bancos) | | | |
| AGÊNCIA NRO. 0617 D/V (Informar dígito se existir) | | CONTA NRO. 21403 D/V 1 (Informar dígito se existir) | | BANCO Nome NRO. (Informar dígito se existir) | | AGÊNCIA NRO. D/V (Informar dígito se existir) | |
| | | | | CONTA NRO. D/V (Informar dígito se existir) | | | |

Declaro que os dados bancários são de minha titularidade e, comprovada a cobertura securitária para o sinistro, autorizo a Seguradora Líder a efetuar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, mediante o crédito na referida agência e conta. Após efetivado o crédito, reconheço e dou plena quitação do valor indenizado.

João Pessoa 27 de Outubro de 2017
Local e Data

X Jose Tiburtino Anayo
Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

conta 21403-1
Ag 0617
OP 03



ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

Km25 - Cristo Redentor - João Pessoa/PB - CEP 58071-680
CNPJ 00.005.100/0001-10

CNPJ 09.095.183/0001-40 Insc. Est. 16.015.823-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº001. 189.495.

Nota Fiscal/ Conta de Energia Elétrica Nº001.139.495.

Còd. para Deb. Automático: 00016348682

Acesse: www.energisa.com.br

CPF/ CNPJ/ RANI

5/1634868-2

Canal de contato

Ao acessar www.energisa.com.br você resolve tudo o que precisa
 com agilidade e facilidade. São vários serviços disponíveis, como
 segunda via da conta, mudança de titularidade, religação, consulta
 a débitos, entre outros.

[illegible]

| | | | | | | | |
|--------------------------------------|--------|-------|-------|-------|-------|------|------|
| CCI: Código de Classificação do Item | TOTAL: | 66,24 | 63,69 | 15,92 | 63,69 | 0,29 | 1,34 |
|--------------------------------------|--------|-------|-------|-------|-------|------|------|

| | | |
|---------------------------|-------------------|----------------------|
| Média últimos meses (kWh) | VENCIMENTO | TOTAL A PAGAR |
| 71 | 03/10/2017 | R\$ 66,24 |

Histórico de Consumo (kWh)

| | | | | | | | | | | | |
|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| 64 | 52 | 66 | 82 | 70* | 85 | 95 | 86 | 76 | 62 | 57 | 92 |
| Apr/17 | Jul/17 | Jun/17 | Mar/17 | Apr/17 | Mar/17 | Feb/17 | Jan/17 | Dec/16 | Nov/16 | Oct/16 | Sep/16 |

6a11.536c.4921.5387.dc9b.e1f6.f1e2.3e40.

[illegible]

Valor do EUSD (Ref. 7/2017) R\$ 12,06

ATENÇÃO

Fatura: em atraso

Ago/17 45.05

REAVISO DE VENCIMENTO: Caso a(s) fatura(s) acima relacionada(s) permanea(m) em atraso, o fornecedor poderá ser suspenso a partir de 15/10/2014.
Resolução: 414 da ANEL. O pagamento após essa data não elimina a possibilidade da suspensão do fornecimento caso o mesmo não seja comunicado ou as contas pagas não estejam na unidade consumidora para comprovação. Caso já tenha efetuado o pagamento da(s) fatura(s) acima, desconectar essa mensagem. Fatura sujeita à inclusão em órgãos de proteção ao crédito no caso de inadimplimento.



DECLARAÇÃO DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO
CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

O preenchimento deste Formulário é parte integrante do processo de liquidação de sinistro, conforme estabelece a Circular número 445/12, disponível no endereço eletrônico:

<http://www2.SUSEP.GOV.BR/BIBLIOTECASWEB/DOCORIGINAL.ASPX?TIPO=1&CODIGO=29636>

A Circular SUSEP¹ nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as Seguradoras são obrigadas a constituir cadastro das pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações de **profissão e renda**, neste formulário, não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, **esta recusa é passível de comunicação ao COAF²**.

¹ Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

² Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº9.613/98.

Pelo exposto, eu Raphael Teixeira de Lima Moura inscrito (a) no CPF 090.542.034 / 98, na qualidade de Procurador (a) / Intermediário (a) do Beneficiário Jose Tiburtino Anayo inscrito (a) no CPF sob o Nº 044.277.534 / 26, do sinistro de DPVAT cobertura Invalidez da Vítima Jose Tiburtino Anayo, inscrito (a) no CPF sob o Nº 044.277.534 / 26, conforme determinação da Circular Susep 445/12:

☐ Declaro Profissão: _____ Renda: _____ e apresento os documentos comprobatórios:

☒ Recuso informar

Declaro ainda, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder-DPVAT, residir no endereço abaixo, anexando a cópia do comprovante de residência do endereço informado.

Estou ciente de que a falsidade da presente declaração implicará na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

| | | | |
|---|------------------------------|--|---|
| Endereço <u>RUA PROFESSOR OSWALDO DE MIRANDA PEREIRA</u> | | Número <u>1176</u> | Complemento <u>CASA</u> |
| Bairro <u>BAISAMAR</u> | Cidade <u>JOAO PESSOA</u> | Estado <u>PB</u> | CEP <u>58033410</u> |
| Email <u>RAPHAELTEIXEIRA.MOURA@GMAIL.COM</u> | | Telefone comercial(DDD) <u>(35)98892-1412</u> | Telefone celular (DDD) <u>(35)98628-0421</u> |

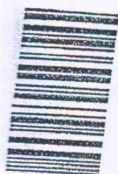
JOAO PESSOA 27 de OUTUBRO de 2017
Local e Data

X Raphael Teixeira de Lima Moura
Assinatura do Declarante

DLRL.001 V001/2017



Carrefour
soluções financeiras



CTC RECIFE PE PL12
RAPHAEL MOURA
R PROF OSVALDO MIRANDA PEREIRA, 1176 CASA
BRISAMAR
58033-410 JOAO PESSOA-PB



7210190783555216691489233730210917

55521 - 00000010949
DATA DE POSTAGEM: 21/09/2017



USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 12737927



ASSINATURA DO PORTADOR

Raphael Teixeira de Lima Moura

OBSERVAÇÕES



ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DA PARAIBA
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME
RAPHAEL TEIXEIRA DE LIMA MOURA

FILIAÇÃO
EUZINETE AYRES DE LIMA MOURA
CLAYTON TEIXEIRA MOURA

NATURALIDADE
JOÃO PESSOA-PB

DATA DE NASCIMENTO
28/06/1992

RG
3575515 - SSP/PB

CPF
090.542.034-98

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS
NÃO

VIA EXPEDIDO EM
01 19/08/2015

Odôn Bezerra Cavalcanti Sobrinho
ODÔN BEZERRA CAVALCANTI SOBRINHO
PRESIDENTE

21549



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: JOSE TIBURTINO ARAUJO

NACIONALIDADE: BRASILEIRO

ESTADO CIVIL: SOLTEIRO

PROFISSAO: VIGILANTE

Nº DO RG: 04120675847

ORGÃO EMISSOR: DETRAN/PB

DATA DE EMISSÃO: 10/11/2016

Nº CPF: 044.277.534-26

ENDEREÇO: RUA LUIZ DOMINGOS DA SILVA, S/Nº, APT. 102, BAIRRO DO GEISEL, JOÃO PESSOA/PB
CEP: 58077-032

OUTORGADO: RAPHAEL TEIXEIRA DE LIMA MOURA

NACIONALIDADE: BRASILEIRO

ESTADO CIVIL: SOLTEIRO

PROFISSAO: ADVOGADO

Nº DO RG: 21549

ORGÃO EMISSOR: OAB/PB

DATA DE EMISSÃO: 19/08/2015

Nº CPF: 090.542.034-98

ENDEREÇO: RUA PROFESSOR OSWALDO DE MIRANDA PEREIRA, 1176, BRASAMAR, JOÃO PESSOA/PB
CEP: 59033-410

PODERES:

Para requerer o Seguro DPVAT da vitima/beneficiário JOSE TIBURTINO ARAUJO, a que tem direito o outorgante, junto a qualquer Seguradora que pertence ao Consórcio DPVAT administrado pela Seguradora Líder, em razão de acidente de trânsito, podendo o referido (a) procurador (a) dar entrada no processo, em nome do mesmo, bem como, requerer, e retirar documentos em órgãos públicos, municipais, estaduais ou federais, ou órgãos privados, além de transigir, depositar, solicitar informações, tendo também poderes específicos para assinar autorização de pagamento e aviso de sinistro, em nome da vitima ou beneficiário do Seguro DPVAT.

JOÃO PESSOA-PB, 01 de NOVEMBRO de 20 17.

X Jose Tiburtino Araujo

Assinatura

OBS: Reconhecimento a firma da assinatura, por autenticidade, autêntica ou verdadeira.





ORTOCLÍNICA
CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE

Fraturas, Ortopedia,
Artroscopia Joelho / Ombro,
Reumatologia, Fisioterapia,
Raio-X, Cirurgia do Quadril e
Oncologia Ortopédica.

Dr. Renato Queiroz
CRM 596

Dr. Ruy Gouveia Filho
CRM 4343

Dr. José Gutemberg de Lima
CRM 1738

Dr. Adriano Fernandes Leite
CRM 4421

Dr. Gerson de Azevedo
CRM 5722

Dr. Luciano José Lira Mendes
CRM 4290

Dra. Maria Roberta P. Melo
CRM 7883

Dra. Andrea Hattori Nasrala
CRM 10582

Drª. Verônica Queiroz
CREFITO 18276-F

Drª. Carolina Queiroz
CREFITO 81673-F

Drª. Jannaina Henriques
CREFITO 21644-F

Dr. José Gutemberg C. de Lima
Especialista Artroplastia Total
de Joelho e Quadril
R. Wandick Filgueiras, 185 - Tambauzinho - CEP 58042-110 - João Pessoa/PB - CNPJ: 40.981.706/0001-04
Fonés: (83) 3224.7452 / 3224.0855 - Fax: (83) 3244-5218
Site: www.ortoclinicapb.com.br - Email: els.ortoclinica@uol.com.br

Recebo R\$1200,00

Recebi do paciente

Jose T. S. Lima

de R\$1200,00

Fonte de R\$1200,00

(Humilhação e laços)

Recebi) referente

a Honoraria de

consulta de 5.ª hora

de Junho 2017

12/25/04/2017



© 2000 John Wiley & Sons, Inc.
0890-4065/00/0000-0000\$10.00
DOI: 10.1002/eqe.1000

Dr. _____ ou qualquer outro membro de
sua equipe de Anestesia, a fim de possibilitar a realização da cirurgia/tratamento de

03. Declaro também expressa ciência de que o Médico Anestesiologista exerce atividade do meio, através da qual obriga-se a prestar seus serviços da melhor forma e condições que lhe forem possíveis, agindo com a melhor técnica, zelo profissional e diligência em busca de seus objetivos, não se responsabilizando, todavia, se não os alcançar.

05. Declaro mais que meu internamento no Hospital em questão deu-se por minha livre e espontânea vontade, tendo conhecimento que o Médico Anestesiista apenas se responsabiliza pelos procedimentos de sua especialidade que desenvolverá, não se obrigando e/ou responsabilizando pela qualidade dos serviços que serão prestados pela instituição hospitalar ou por outros profissionais que participem do ato cirúrgico bem como do tratamento/internamento em geral.

06. Peço autorização se necessário, para o cliente participar de um estudo para determinar para uso de dados para pesquisa acadêmica, desde que aprovada pelo comitê de ética e pesquisa.

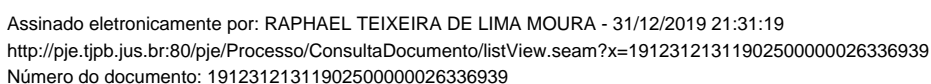
A presente Declaração foi por mim lida e compreendida em todos os seus termos.

Assinatura do Paciente ou Responsável: J. E. N. do M. do M. do F. do M. do M.

Assinatura do Anestesiologista:

Testemunhas:

7 F(NG). ASCIR. 022-1





Scanned by CamScanner



Rio de Janeiro, 04 de Dezembro de 2017

Aos Cuidados de: JOSE TIBURTINO ARAUJO
Nº Sinistro: 3170629119
Vítima: JOSE TIBURTINO ARAUJO
Data do Acidente: 25/04/2017
Cobertura: INVALIDEZ
Procurador: RAPHAEL TEIXEIRA DE LIMA MOURA

Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o número **3170629119**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Comprovação de ato declaratório faltando
página

A documentação deve ser entregue na **COMPREV SEGURADORA S/A**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00327/00328 - carta_03 - INVALIDEZ



Carta nº 12050347



Rio de Janeiro, 02 de Junho de 2018

Aos Cuidados de: JOSE TIBURTINO ARAUJO

Nº Sinistro: 3170629119
Vitima: JOSE TIBURTINO ARAUJO
Data do Acidente: 25/04/2017
Cobertura: INVALIDEZ
Procurador: RAPHAEL TEIXEIRA DE LIMA MOURA

Assunto: NEGATIVA POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL

Senhor(a),

Até a presente data, não recebemos a documentação complementar solicitada para prosseguimento da análise do seu pedido de indenização cadastrado sob o sinistro **número 3170629119**.

Tendo em vista que a pendência não foi sanada no período de 180 dias, informamos que o seu pedido de indenização foi negado.

Caso deseje dar continuidade ao seu pedido de indenização, procure o ponto de atendimento onde o seu processo foi aberto para apresentar os documentos complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente.

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 12904179

Pag. 00287/00288 - carta_16 - INVALIDEZ

00010144





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

ATO ORDINATÓRIO (CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAL - CGJ-TJPB)

Nº DO PROCESSO: 0812000-49.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOSE TIBURTINO ARAUJO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De acordo com as prescrições do Código de Normas Judicial da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, *juntar a simulação da guia de custas*, e documentos que comprovem a hipossuficiência financeira, necessários para análise do pedido de gratuidade, consoante §3º do art. 1º da PORTARIA CONJUNTA - TJPB/CORREGEDORIA GERAL nº 02/2018, datada de 28/11/2018, publicada no DJE de 30/11/2018.

João Pessoa/PB, 10 de janeiro de 2020.

ANARISOLETA FAUSTINO DINIZ TOSCANO DE FRANCA

Técnico Judiciário



Segue, em anexo, Petição e Documentos em PDF.





RAPHAEL TEIXEIRA

Advocacia & Consultoria

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DA 1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA - COMARCA DE JOÃO PESSOA/PB

Processo nº: 0812000-49.2019.8.15.2003

JOSÉ TIBURTINO ARAUJO, devidamente qualificado nos autos do processo mencionando em epígrafe, vem à presença de vossa Excelência, por intermédio do advogado infra-assinado, em observância ao **ato ordinatório encontrado no id.27388730**, no afã de **REQUERER** a este d. juízo, a juntada aos autos da simulação das custas processuais, da declaração de hipossuficiência, bem como, da CTPS do promovente - que demonstra sua última assinatura no ano de 2009.

Da análise da referida documentação, se percebe, Excelência, que até o presente momento, encontra-se o autor ainda sem emprego fixo, onde o mesmo sobrevive fazendo “bicos” (quando aparecem) e, portanto, faz jus ao pedido de gratuidade pleiteado na inicial, já que resta **demonstrada a sua hipossuficiência para arcar com o pagamento das vultuosas custas processuais no importe de R\$ 1.245,71** (hum mil, duzentos e quarenta e cinco reais e setenta e um centavos).

Assim, roga que este direito, garantido legalmente ao autor, não lhe seja negado, uma vez que, a renda adquirida pela sua família é escassa, sendo imperioso reforçar, que o autor não tem condições de arcar com as custas do processo, **REQUERENDO** assim, **o deferimento de concessão dos benefícios da gratuidade judicial e o prosseguimento do feito**.

Termos em que pede, confia e aguarda deferimento.
João Pessoa – PB, 11 de fevereiro 2020.

RAPHAEL TEIXEIRA DE LIMA MOURA
OAB/PB Nº 21.549

DÉBORA EDUARDA LINS ARAUJO
ESTAGIÁRIA

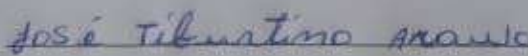
Rua Professor Oswaldo de Miranda Pereira, nº 1176 – Brisamar – João Pessoa/PB
raphaelteixeiramoura@gmail.com - (83) 98892-1412



Declaração de Hipossuficiência de Recursos Financeiros

JOSE TIBURTINO ARAUJO, brasileiro, solteiro, desempregado, portador da cédula de identidade registrada sob o n.º 2806022 – SSP/PB, inscrito no CPF sob o n.º 044.277.534-26, residente e domiciliada à Rua Luiz Romualdo da Silva, s/nº, apto. 102, bairro do Geisel, cidade de João Pessoa – PB, CEP: 58077-032., declara, para todos os fins de direito, que, atualmente, está sem condição econômico-financeira de arcar com as despesas processuais, nos termos do art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil de 2015.

João Pessoa – PB, 10 de fevereiro de 2020


JOSE TIBURTINO ARAUJO





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número 54059 Série 00025-28

Raphael Teixeira de Lima Moura
ASSINATURA DO PORTADOR



ANOTAÇÕES GERAIS

(Atestado médico, alteração do contrato de trabalho, registros profissionais e outras anotações autorizadas por lei)

O período deste, foi atribuído a
Muito de experiência por 45 dias
conforme contrato assinado, Poderão
Ser empregado por mais 45 dias,

São Paulo, 14 de Abril de 2003

BAR. DANCEBRIA DODE CLUB

DANCING LTDA.

ANOTAÇÕES GERAIS

(Atestado médico, alteração do contrato de trabalho, registros profissionais e outras anotações autorizadas por lei)

ANOTAÇÕES GERAIS

(Atestado médico, alteração do contrato de trabalho, registros profissionais e outras anotações autorizadas por lei)

ANOTAÇÕES GERAIS

(Atestado médico, alteração do contrato de trabalho, registros profissionais e outras anotações autorizadas por lei)



- [Base legal](#)
- [Perguntas Frequentes](#)

[Emitir GuiaCustas Prévias1º Grau](#)

[Emitir GuiaCustas OcasioneisDiligências / Porte](#)

[Emitir GuiaCustas de Recursos](#)

[Emitir GuiaCustas de Ação Originária2º Grau](#)

[Emitir GuiaCustas Finais](#)

[ConsultarGuiaGuia Emitida](#)

≡ MENU

- [Emitir guia de custas prévias \(1º grau\)](#)
- [Emitir guia de custas ocasionais \(Diligência/Porte\)](#)
- [Emitir guia de custas de recursos](#)
- [Emitir guia de custas de ação originária \(2º grau\)](#)
- [Emitir guia de custas finais](#)
- [Consultar guia \(emitida\)](#)

Emitir GuiaCustas Prévias1º Grau


- [Emitir Guia](#)
- [Consultar Guia](#)
- [Consultar Protesto](#)

Emitir GuiaCustas Prévias1º Grau

- [Emitir Guia](#)
- [Consultar Guia](#)
- [Consultar Protesto](#)

Etapa 5/5 - Resumo da Guia

Guia de Custas Ocasioneis (Processo: 0812000-49.2019.8.15.2003)

 Os valores apresentados em reais podem sofrer alteração conforme a mudança no valor da UFR

Dados Gerais

Tipo da Guia:

Custas Ocasioneis de Destituição do Benefício da Justiça Gratuita

Processo:

[0812000-49.2019.8.15.2003](#)

Número de Parcelas:

1x

Valor Total (Sem desconto):

R\$ 1.245,71 (24,18385 UFR)

Desconto:

R\$ 0,00 (0 UFR)

Valor Final (Com desconto):



R\$ 1.245,71 (24,18385 UFR)

| Componente | Valor |
|--------------------------|---------------------------|
| Custas Judiciais 1º Grau | R\$ 1.030,20 (20 UFR) |
| Taxa Judiciária | R\$ 202,50 (3,93128 UFR) |
| Despesas Postais | R\$ 13,01 (0,25257 UFR) |

Voltar

Emitir Guia



PROCESSO NÚMERO - 0812000-49.2019.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [SEGURO]

AUTOR: JOSE TIBURTINO ARAUJO

Advogado do(a) AUTOR: RAPHAEL TEIXEIRA DE LIMA MOURA - PB21549

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos.

Compulsando-se os autos, observa-se que a parte autora requereu os benefícios da justiça gratuita.

No caso dos autos, o autor é vigilante e declarou não dispor de condições financeiras para arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, juntando aos autos cópia de sua CTPS (ID 28167837); já o valor das custas processuais (ID 28167838) é de R\$ 1.245,71 (um mil, duzentos e quarenta e cinco reais e setenta e um centavos).

Com efeito, tal afirmação feita pelo promovente goza de presunção de veracidade e somente pode ser afastada mediante prova inequívoca em contrário. Portanto, se mostra possível, no caso vertente, a concessão da assistência judiciária gratuita.

Assim, os elementos constantes nos autos demonstram condições pessoais suficientes para o deferimento da gratuidade judiciária ao suplicante, razão pela qual DEFIRO O BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA à parte autora, nos termos do art. 98, do CPC.

Por outro lado, o art. 334, do CPC estabelece que, se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação.



Ora, a designação da audiência deve ser reservada para os casos em que haja uma hipótese real de haver êxito, cabendo ao juiz ponderar estas situações e evitar a designação do ato. Com efeito, a formação de uma pauta, ainda que de audiências de conciliação, implica no destacamento de material humano para a preparação do ato e a sua própria execução, o que pode atrasar o curso do processo.

No caso em tela, a realização imediata da audiência de conciliação tem grandes chances de se mostrar inócua. A parte autora busca no Judiciário a revisão do ato que deferiu em parte o pedido no âmbito extrajudicial, apenas rerepresentando a situação de fato ao juízo sem a complementação de provas, trazendo os mesmos exames já levados à perícia administrativa.

A experiência prática demonstra que as seguradoras não vêm realizando acordos em demandas congêneres, até mesmo quando se antecipa a produção da prova pericial, o que torna sem sentido a designação de audiência prévia de conciliação.

De outra banda, ressalte-se que fazia sentido a designação de audiência prévia de conciliação quando, ante a realização da perícia médica, designada para a mesma data, com o grau de invalidez estabelecido no laudo respectivo, restava o feito com todos os elementos que possibilitariam a conciliação, prescindindo, inclusive, da formação do contraditório.

Assim, em razão da repetida informação, em audiências designadas em processos similares, de que as seguradoras não realizam mais acordos em audiência, independentemente do resultado da perícia ou de qualquer outro elemento, perdeu o sentido a designação prévia, sem que o processo esteja maduro para julgamento. Desta forma, ante a constatação fática da predisposição em não conciliar por parte das seguradoras, prudente que seja formado o contraditório, em obediência ao princípio da economia processual e, somente então, seja designada audiência, ocasião em que a perícia será realizada previamente, estando o processo apto a ser julgado.

Desta feita, cite-se a parte promovida para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344, do CPC.

Cumpra-se.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.



[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juíza de Direito



EM ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

Processo: 08120004920198152003

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE TIBURTINO ARAUJO**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **25/04/2017**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **08/11/2017**.

Cumpra esclarecer que em que pese a parte autora realizar requerimento do pagamento, através da via administrativa, porém, o sinistro foi cancelado por inatividade, haja vista que a parte autora não apresentou a documentação necessária para a perfeita regulação do sinistro.

Não obstante, em qualquer hipótese de acidente, a atitude normal do segurado é procurar a seguradora, para que esta regule, primeiramente, o sinistro. Somente em caso de não pagamento, ressarcimento incompleto ou de mora, as demandas devem ser ajuizadas.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assim, tendo o autor deixado de apresentar a documentação exigida por lei, carecendo o autor de uma condição específica do regular exercício do direito de ação, qual seja, interesse de agir.

Compulsando atentamente aos autos, em nenhum momento foi demonstrado e comprovado de forma contundente que a parte autora faz jus ao pleito deduzido na presente demanda, devendo o pleito ser julgado extinto em virtude da inocorrência de mora por parte da Ré.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015².

DO MÉRITO

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar a indenização.

¹[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

²[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;



Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC³.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral⁴.

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima⁵.

Frisa-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

³“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)

⁴RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

⁵Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”



Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado.

DA IMPOSSIBILIDADE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Não há que se falar em inversão do ônus da prova, vez que o seguro DPVAT não se trata de relação de consumo, e sim de uma obrigação legal.

Assim, não pode a parte autora ser confundida como consumidora, pois, não há qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, o que gera a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

Neste sentido é o recente entendimento firmado pelos Tribunais pátrios⁶, ratificando o descabimento da inversão do ônus da prova com base na aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

Sendo assim, por se tratar de prova essencial dos fatos constitutivos da pretensão autoral, deverá o ônus da prova ser custeado pela parte autora, como determina o art. 373, I do CPC.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁷.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁸.

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

⁶“PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR NÃO APRECIADA PELO JUÍZO A QUO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO PELA INSTÂNCIA REVISORA. **INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE DO DIPLOMA LEGAL CONSUMERISTA ÀS RELAÇÕES DE SEGURO OBRIGATÓRIO.** Agravo de Instrumento interposto de decisão que em ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT deferiu a inversão do ônus da prova. 1. Preliminar de ausência de interesse de agir não enfrentada pelo juízo a quo impede o exame pela instância revisora, sob pena de supressão de instância. 2. **A contratação compulsória do seguro obrigatório DPVAT afasta a natureza consumerista da relação jurídica entre seguradora e segurado, e impossibilita a decretação da inversão do ônus da prova com base no artigo 6º, VIII, da Lei nº 8078/90.** 3. **Recurso a que se dá provimento, com base no artigo 557 § 1º-A do Código de Processo Civil, para afastar a inversão do ônus da prova decorrente da aplicação do Código de Defesa do Consumidor.**”(TJ-RJ - AI: 00612946320148190000 RJ 0061294-63.2014.8.19.0000, Relator: DES. FERNANDO FOCH DE LEMOS ARIGONY DA SILVA, Data de Julgamento: 12/01/2015, TERCEIRA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 16/01/2015).

⁷“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

⁸art. 1º. (...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.



DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, reafirma o desinteresse na audiência de conciliação, conforme amplamente demonstrado no corpo da presente peça.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Sumula 474 do STJ.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do Convênio de Nº015/2014 firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT. Assim, após a realização da perícia judicial, requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) em até 15 (quinze) dias.



Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **Dr. SUELIO MOREIRA TORRES** inscrito sob o nº **15477 - OAB/PB**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA, 31 de março de 2020.

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



QUESITOS DA RÉ

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma seqüela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de seqüelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a gradação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.



TABELA DE GRADAÇÃO

| Danos Corporais Previstos na Lei | Total (100%) | Intensa (75%) | Média (50%) | Leve (25%) | Residual (10%) |
|---|---------------------|----------------------|--------------------|-------------------|-----------------------|
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores | | | | | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés | | | | | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior | | | | | |
| Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral | | | | | |
| Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica | R\$ 13.500,00 | R\$ 10.125,00 | R\$ 6.750,00 | R\$ 3.375,00 | R\$ 1.350,00 |
| Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital | | | | | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos | R\$ 9.450,00 | R\$ 7.087,50 | R\$ 4.725,00 | R\$ 2.362,50 | R\$ 945,00 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores | | | | | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés | R\$ 6.750,00 | R\$ 5.062,50 | R\$ 3.375,00 | R\$ 1.687,50 | R\$ 675,00 |
| Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho | | | | | |
| Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar | R\$ 3.375,00 | R\$ 2.531,25 | R\$ 1.687,50 | R\$ 843,75 | R\$ 337,50 |
| Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo | | | | | |
| Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral | | | | | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão | R\$ 1.350,00 | R\$ 1.012,50 | R\$ 675,00 | R\$ 337,50 | R\$ 135,00 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé | | | | | |
| Perda integral (retirada cirúrgica) do baço | | | | | |



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na **15477 - OAB/PB** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **JOSE TIBURTINO ARAUJO**, em curso perante a **1ª VARA CÍVEL** da comarca de **JOAO PESSOA**, nos autos do Processo nº 08120004920198152003.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2020.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

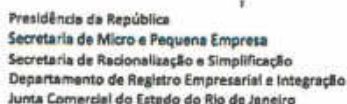
FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br





NIKE (DA SEDE OU DA FILIAL) QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF

33.3.0028479-6

Time Budgeting

Sociedade anônima

Boite à Environnement

Normal

NO An Dentarlin

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERJA

Ultima Argumentor

0000313101 - 18/12/2017

NWRE: 33.3.0028479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Boleto(s): 102595004

Hash: ECC52023-D73D-4232-8033-7CC9943DA9D8

| Órgão | Calculado | Pago |
|-------|-----------|--------|
| Junta | 570,00 | 570,00 |
| DREI | 21,00 | 21,00 |



REQUERIMIENTO


Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

| | | |
|-------|----------------------|---|
| Local | Nome: | |
| | Assinatura: |  |
| | Telefone de contato: | |
| Data | E-mail: | |
| | Tipo de documento: | Híbrido |
| | Data de criação: | 24/01/2018 |
| | Data da 1ª entrada: | |



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-5 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149058 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: PD69743867A48220CFDE4B56AFADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Page 2/13



JUCEFUTIA
an online digital library



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 03/04/2020 12:18:37

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20040312183654000000028537517>

Número do documento: 20040312183654000000028537517

Num. 29655267 - Pág. 1

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECP8FPD5CP68740F233E496AFDA80E1F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 3/13



Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rerratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

| N | MEMBRO | RCA | MANDATO | FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP |
|---|-----------------------------|------------|------------|--|
| 1 | José Ismar Alves Tôrres | 14.12.2017 | 13.12.2018 | Diretor Presidente |
| 2 | Helio Bitton Rodrigues | 14.12.2017 | 13.12.2018 | sem função específica |
| 3 | Cristiane Ferreira da Silva | 14.12.2017 | 13.12.2018 | Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional) |
| 4 | Milton Bellizia | 15.02.2017 | 14.02.2018 | Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional) |
| | | | | Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional) |
| | | | | Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional) |
| 5 | Andrea Louise Ruano Ribeiro | 15.02.2017 | 14.02.2018 | Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle) |
| | | | | Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle) |
| | | | | Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle) |

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 2 de 3

[Assinaturas manuscritas]

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856APADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 4/13



7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 5/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


JOSE ISMAR ALVES TORRES

| | |
|--|--|
| Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro | |
| Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A | |
| NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018 | |
| CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação. | |
| Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56A7ADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8 | |
| Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo. Pag. 8/13 | |



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 60-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA30E1FB6
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 10/13



Num. 29655267 - Pág. 7



4996507

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 1 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE920B296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996508

ARTIGO 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro – Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

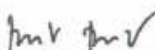
ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo – Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 3 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



convocada.



4996510

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

Bernardo P. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 6 de 10


Bernardo F. S. Derwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 7 de 10


Bernardo F.S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C88883B2947C61B477D798CBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2018





4996515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 9 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020183575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



de março de 1967.



4996516

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

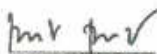
ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral


Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.


JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES
DIRETOR PRESIDENTE


HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

| | | |
|--|--|--|
| 17º Ofício de Notas DA CAPITAL | Tabelião: Carlos Alberto Firmo Oliveira | ADB2B69D |
| Reconheço por AUTÊNTICAÇÃO as firmas de: HÉLIO BITTON RODRIGUES e JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES (X0000524453) | Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 21037-5000 | 088674 |
| Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018. | Conf. por: Serventia T. H. FUNDOS | CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ |
| Em testemunho da verdade. | Total | Paula Cristina A. D. Gaspar |
| Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut. | | 3.9% Escrevente |
| ETUP-56891 H01, ETUP-56892 H01 | | 10796.48062 série 09077 ME |
| https://www3.tirri.jus.br/sitepublico | | Aut. 20.5.3º Lei 8.936/94 |



SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA
OAB/SP 111.807





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

1ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.055-018

ATO ORDINATÓRIO (CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)

Nº DO PROCESSO: 0812000-49.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOSE TIBURTINO ARAUJO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De acordo com as prescrições do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar impugnação à contestação.

João Pessoa/PB, 3 de abril de 2020.

ANARISOLETA FAUSTINO DINIZ TOSCANO DE FRANCA
Técnico Judiciário



Segue, em anexo, Petição em PDF.





RAPHAEL TEIXEIRA

Advocacia & Consultoria

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 1ª
VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA - JOÃO PESSOA/PB**

Processo: 0812000-49.2019.8.15.2003

Promovente: JOSE TIBURTINO ARAUJO

Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

JOSE TIBURTINO ARAUJO, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, por seu advogado e procurador *in fine* assinalado, vem à presença de Vossa Excelência, com acato e respeito, apresentar

IMPUGNAÇÃO À CONTESTAÇÃO

encartada aos presentes autos no *id.* 29655265 (e documentos correlatos), oferecida pela **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A** e, para tanto, utiliza-se dos seguintes fatos e fundamentos jurídicos a seguir expendidos:

I – ESCLARECIMENTOS INICIAIS

Apesar da parte promovida não ter suscitado preliminares, esta menciona no tópico que trata da “breve síntese da demanda” uma suposta falta de interesse de agir, pelo fato do autor de ter, supostamente, deixado de apresentar documentos no processo administrativo, o que teria sido resultado na negativa do benefício em favor do promovente em virtude de suposta inatividade.

Sucedê, que conforme amplamente afirmado e comprovado no curso do processo, **o promovente, antes de ingressar com esta demanda, ingressou com procedimento administrativo prévio e com toda a documentação pertinente, sendo-lhe, porém, negado o pagamento do benefício pela ré, sob o injusto e frágil fundamento de “ausência de declaração”, mas sem se mencionar que documentação estava faltando,**

Rua Professor Oswaldo de Miranda Pereira, nº 1176 – Brisamar – João Pessoa/PB
raphaelteixeiramoura@gmail.com - (83) 98892-1412



Assinado eletronicamente por: RAPHAEL TEIXEIRA DE LIMA MOURA - 21/05/2020 13:17:10
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052113170904700000029622428>
Número do documento: 20052113170904700000029622428

Num. 30854999 - Pág. 1



RAPHAEL TEIXEIRA

Advocacia & Consultoria

já que o autor juntou ao procedimento todos os documentos necessários e hábeis ao recebimento da referida indenização.

E frise, Excelência, que os documentos indexados ao processo (todos do procedimento administrativo e outros), bem como outras provas que serão produzidas no transcurso da demanda, demonstram e demonstrarão a **existência de nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente**, restando assim, plenamente preenchidas todas as condições objetivas para o recebimento do seguro obrigatório.

Desta forma, não existe qualquer falta de interesse de agir, pelo o que, não devem ser acolhidos os argumentos do autor, devendo a demanda ser julgada totalmente procedente.

II – DA JUNTADA DE LAUDO DO IML

Conforme consta na documentação indexada aos autos pela parte promovente, se percebe, mais precisamente no *id.* 27286459, que por ocasião do **requerimento administrativo**, *o autor colacionou àquele uma declaração de ausência de laudo do IML, se comprometendo na mesma declaração a se submeter à todas as perícias que se fizessem necessárias, para que fosse quantificado o grau de suas lesões.* A promovida, contudo, ao que parece, achou por bem, de maneira indevida, ignorar tal situação, conforme se percebe na peça contestatória e no próprio resultado do procedimento administrativo.

Contudo, **por cautela**, insta muito esclarecer a este d. juízo, que o referido laudo **não é documento indispensável** para a propositura da ação de indenização decorrente do seguro **DPVAT**, sendo suficiente, para tal finalidade, a existência de elementos que permitam presumir a relação jurídica entre as partes, que estão presentes na documentação juntada aos autos pela parte Promovente.

Reitere-se, que o art. 5º da Lei nº 6.194/74 dispõe que:

"o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente (...)".

Não se percebe nesta lei, qualquer dispositivo que trate da obrigatoriedade de laudo do Instituto Médico Legal para a concessão do benefício DPVAT.





RAPHAEL TEIXEIRA

Advocacia & Consultoria

Ademais, a ausência de apresentação, com a inicial, do laudo do IML, **não deve ser causa de indeferimento da petição**, uma vez que a invalidez do Autor **poderá ser comprovada por outros meios de prova**, inclusive por **perícia médica**.

É nesse sentido que vem julgando nossos Tribunais Pátrios, senão vejamos, *in verbis*:

“AÇÃO INDENIZATÓRIA. SEGURO DPVAT. INDEFERIMENTO DA INICIAL. LAUDO MÉDICO COMPROVANDO A INVALIDEZ. DOCUMENTO DISPENSÁVEL PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO.

O laudo médico comprovando a invalidez da parte autora não constitui documento indispensável para o ajuizamento da ação objetivando o recebimento do seguro DPVAT, uma vez que tal prova pode ser produzida no momento processual oportuno.”

(TJMG - Apelação Cível 1.0433.13.020921-9/001, Relator (a): Des.(a) Moacyr Lobato, 9ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 15/04/2014, publicação da sumula em 28/04/2014). Grifos nosso.

Veja-se, ainda, outro julgado:

“AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - IRRELEVÂNCIA - INÉPCIA DA INICIAL - NÃO OCORRÊNCIA - RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO - Para a propositura de ação de cobrança do seguro DPVAT não é indispensável a juntada, com a inicial, de laudo do IML, motivo por que não se pode falar em inépcia da inicial, em ação de tal natureza, tão só porque não veio instruída com tal documento.”

(TJ-MG - AC: 10024123336687001 MG, Relator: Evandro Lopes da Costa Teixeira, Data de Julgamento: 15/05/2014, Câmaras Cíveis / 17ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 27/05/2014). Grifos nosso.

Sendo assim, verifica-se como **dispensável** o Laudo do Instituto Médico Legal, haja vista a prova de invalidez permanente poder ser devidamente produzida em momento processual oportuno, razão pela qual deve ser **REJEITADO** por completo os argumentos da seguradora promovida.

Rua Professor Oswaldo de Miranda Pereira, nº 1176 – Brisamar – João Pessoa/PB
raphaelteixeiramoura@gmail.com - (83) 98892-1412





RAPHAEL TEIXEIRA

Advocacia & Consultoria

III – DA ALEGAÇÃO DE ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

A promovida afirma ainda, que seria ônus do autor a comprovação do seu direito à percepção do benefício requerido.

Sucedo, que **o promovente fez a prova do acidente e do dano enfrentado, e fará ainda mais no curso da instrução processual.**

Ademais, o ônus da prova deve sim ser invertido, tendo em vista a parte promovente ser hipossuficiente nessa demanda, devendo ser acatado o pleito constante na Petição Inicial.

Assim, não devem ser acolhidos os argumentos da promovida.

IV – DA INCIDÊNCIA DA SÚMULA 54 DO STJ NO PRESENTE CASO

Alega a Promovida, que a correção monetária deve incidir desde a propositura da presente ação, e os juros da mora desde a citação inicial.

Contudo, não assiste razão a demandada, devendo o **marco inicial da correção monetária ser calculado desde o evento danoso, nos termos da Súmula 54 do STJ:**

Súmula 54 do STJ:

OS JUROS MORATORIOS FLUEM A PARTIR DO EVENTO DANOSO, EM CASO DE RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL.

E o entendimento de aplicação desta Súmula em ações referentes ao seguro DPVAT, há muito, encontra-se **consolidado do STJ:**

*“No caso em análise, embora o segurado tenha sido vítima de acidente automobilístico ocorrido aos 4/9/2012, que lhe causou invalidez permanente, o acórdão recorrido fixou como termo inicial da correção monetária a data da edição da MP nº 340/06 (19/12/2006). Todavia, o Superior Tribunal de Justiça firmou orientação no sentido de que **na ação de cobrança de indenização do seguro DPVAT o termo inicial da correção***

Rua Professor Oswaldo de Miranda Pereira, nº 1176 – Brisamar – João Pessoa/PB
raphaelteixeamoura@gmail.com - (83) 98892-1412





RAPHAEL TEIXEIRA

Advocacia & Consultoria

***monetária é a data do evento danoso**”. (STJ - REsp: 1528973 PR 2015/0092816-2, Relator: Ministro MOURA RIBEIRO, Data de Publicação: DJ 11/05/2015). Grifos nosso.*

Desta forma, não deve ser acolhido o pedido do réu e assim, ser aplicada o teor da Súmula nº 54 do STJ, com os juros moratórios sendo contados a partir do evento danoso.

V – DA INCIDÊNCIA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM GRAU MÁXIMO

Ao contrário do que afirma a demandada, tento em vista o grau de zelo do patrono do Demandante, os honorários de sucumbência devem ser fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

VI – DOS REQUERIMENTOS FINAIS

Isto assim exposto, desde já, renovando e reiterando todos os argumentos fáticos e jurídicos brandidos na petição inicial, fortalecido pelas disposições agora expendidas, **impugna o demandante**, todos os termos da contestação e os documentos juntados aos autos pelo promovido, **requerendo assim, O ACOLHIMENTO IN TOTUM DA PRESENTE DEMANDA**, nos termos em que fora requerido na peça inaugural, **devendo a mesma ser julgada TOTALMENTE PROCEDENTE**.

Nestes Termos Pede Deferimento.
João Pessoa-PB, 21 de maio de 2020.

RAPHAEL TEIXEIRA DE LIMA MOURA
Advogado - OAB/PB nº 21.549

Rua Professor Oswaldo de Miranda Pereira, nº 1176 – Brisamar – João Pessoa/PB
raphaelteixeiramoura@gmail.com - (83) 98892-1412



Assinado eletronicamente por: RAPHAEL TEIXEIRA DE LIMA MOURA - 21/05/2020 13:17:10
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052113170904700000029622428>
Número do documento: 20052113170904700000029622428

Num. 30854999 - Pág. 5



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA



1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

PROCESSO NÚMERO - 0812000-49.2019.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: JOSE TIBURTINO ARAUJO

Advogado do(a) AUTOR: RAPHAEL TEIXEIRA DE LIMA MOURA - PB21549

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Advogado do(a) REU: SUELIO MOREIRA TORRES - PB15477

DESPACHO



Vistos.

Tratando-se de ação de cobrança de seguro DPVAT, a próxima etapa do processo seria a designação de audiência de instrução, ocasião em que seria realizada perícia médica na parte autora, na hipótese de haver anuência desta, ou, a designação da perícia anterior à data aprazada para a realização da audiência, também na hipótese de concordância da parte autora em submeter-se ao exame pericial.

Ressalte-se que, tendo em vista a pandemia da covid-19, bem como os termos do Ato Normativo Conjunto nº 003/2020/TJPB/DPE-PB/OAB-PB e das Resoluções 313 e 314 do CNJ, com a suspensão das audiências presenciais, a continuidade destas poderia se dar através da ferramenta Cisco Webex, entretanto, seria inócua a designação, no caso concreto, sem a inclusão da perícia técnica, o que implica em ato presencial, seja realizada no dia marcado para audiência, seja realizada em consultório médico, o que neste momento não é possível, implicando o contrário em risco à saúde de todos os participantes.

Por outro lado, não se sabe, diante do quadro mundial que se apresenta, quando será possível o retorno às atividades presenciais, de modo que não devemos infligir às partes, advogados e perito danos desnecessários, com a determinação de designação de audiência que não se sabe ao certo quando se realizará, ante a impossibilidade.

Desta feita, permaneçam os autos sobrestados enquanto durar a suspensão de realização de audiências presenciais.

Restabelecida a possibilidade de audiências presenciais, venham-me conclusos para designação da audiência com prioridade.

P.I.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juíza de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Regional Cível de Mangabeira

R HILTON SOUTO MAIOR, S/N, - de 5/6 a 5/6, MANGABEIRA, JOÃO PESSOA - PB - CEP:
58055-018

Número do Processo: 0812000-49.2019.8.15.2003
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [Seguro]
Polo ativo: AUTOR: JOSE TIBURTINO ARAUJO
Polo passivo: REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, por ordem verbal, da M.M Juíza desta Vara, faço estes autos conclusos.

JOÃO PESSOA, 11 de setembro de 2020
ANARISOLETA FAUSTINO DINIZ TOSCANO DE FRANCA





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA



1ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA

PROCESSO NÚMERO - 0812000-49.2019.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: JOSE TIBURTINO ARAUJO

Advogado do(a) AUTOR: RAPHAEL TEIXEIRA DE LIMA MOURA - PB21549

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Advogado do(a) REU: SUELIO MOREIRA TORRES - PB15477

DESPACHO



Vistos.

As partes requereram a realização de perícia médica.

Ora, a análise da pretensão da parte autora, consistente no pagamento ou complementação de indenização pelo seguro DPVAT, pressupõe a produção de prova pericial e, inexistindo nos autos documento que ateste a existência da invalidez permanente e/ou extensão da lesão, é necessária a realização de perícia médica, o que defiro, nos termos do art. 1561 do CPC, considerando os termos do convênio do Tribunal de Justiça com a Seguradora Líder.

Tal perícia será realizada de maneira presencial, devendo a parte autora e, caso sejam indicados pelas partes, os assistentes técnicos, comparecerem no dia **15 de dezembro de 2020, às 15h50**, para a realização da perícia médica, no Fórum Regional de Mangabeira/PB, precisamente na sala da Diretoria do Fórum, localizada no piso térreo, preparada para o ato (perícia), respeitadas todas as normas de biossegurança, em face da Covid-19.

Para tanto, considerando o cadastro existente no site do TJ/PB, nomeio como perito (a) nos presentes autos o (a) médico (a) o (a) **Dr (a). Tibiriçá de Medeiros Barbosa, CPF 055.497.224-70**, para proceder à perícia no dia e horário acima informados. Intime-se para tomar ciência da nomeação e da perícia agendada neste feito.

Intime-se a Seguradora Líder para efetuar o pagamento dos honorários periciais, no valor de R\$ 250.00 (duzentos e cinquenta reais), consoante Termo de Cooperação Técnica nº 015/2020, publicado no DJ do dia 28/09/2020, comprovando-o até a data da realização da perícia ora designada, sob pena de penhora junto ao Bacenjud.

Poderão as partes, querendo, indicar assistentes técnicos, no prazo de quinze dias.

Apenas a parte que se submeterá à perícia e eventual assistente técnico indicado por cada uma das partes deverão comparecer ao Fórum no dia e horário agendados, devendo a parte, se possível, levar consigo os exames anteriormente realizados, relacionados com a lesão apontada na inicial, bem como respectivo boletim de ocorrência.

A parte autora deverá portar, no momento da perícia, documento oficial com foto.

Os quesitos a serem respondidos são os constantes do laudo pericial adotado pelo Núcleo de Conciliação e Mediação do TJPB.

Considerando a pandemia pela Covid-19 que assola o mundo inteiro, devem ser evitadas aglomerações, para que não sejam afligidos riscos desnecessários aos participantes da perícia, de modo que: 1) ante a prescindibilidade para o ato da perícia, não comparecerão presencialmente ao ato esta magistrada, nem os advogados das partes, evitando-se o risco de contágio, em cumprimento aos termos do Ato da Presidência 33/2020; 2) não será permitida a entrada de qualquer pessoa sem o uso de máscara, conforme Ato da Presidência 33/2020; 3) somente será permitido o ingresso ao Fórum, além, é claro, do perito, da própria parte promovente e, caso haja, assistente técnico de ambas as partes, vedada a presença de acompanhantes, exceto curadores, tutores, genitores de menores de idade, bem como na hipótese do periciando ter dificuldade de locomoção, e, ainda, em situações excepcionais devidamente comprovadas; 4) deverão todos



aqueles que adentrem nas dependências do Fórum Regional de Mangabeira observar fielmente todas as normas de biossegurança estabelecidas pela Diretoria do Fórum Regional de Mangabeira.

Por fim, determino ao cartório, realizada a perícia, a juntada do laudo respectivo nos autos, bem como a intimação das partes para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, falar sobre este, vindo-me em seguida conclusos.

Intimações e diligências necessárias.

Cumpra-se com urgência.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juiza de Direito





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL

1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA

Nº DO PROCESSO: 0812000-49.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOSE TIBURTINO ARAUJO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

O MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Regional de Mangabeira, manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, intime a parte autora:

Nome: JOSE TIBURTINO ARAUJO

Endereço: R LUIZ ROMUALDO DA SILVA, s/n, apto. 102, CUIÁ/GEISEL, JOÃO PESSOA

- P B - C E P : 5 8 0 7 7 - 0 3 2

para comparecer no dia **15 de dezembro de 2020, às 15h50**, para a realização da perícia médica, no Fórum Regional de Mangabeira/PB, precisamente na sala da Diretoria do Fórum, localizada no piso térreo, preparada para o ato (perícia), respeitadas todas as normas de biossegurança, em face da Covid-19.

Para tanto, considerando o cadastro existente no site do TJ/PB, nomeio como perito (a) nos presentes autos o (a) médico (a) o (a) **Dr (a). Tibiriciá de Medeiros Barbosa, CPF 055.497.224-70**, para proceder à perícia no dia e horário acima informados. Intime-se para tomar ciência da nomeação e da perícia agendada neste feito.

Poderão as partes, querendo, indicar assistentes técnicos, no prazo de quinze dias.

Apenas a parte que se submeterá à perícia e eventual assistente técnico indicado por cada uma das partes deverão comparecer ao Fórum no dia e horário agendados, devendo a parte, se possível, levar consigo os exames anteriormente realizados, relacionados com a lesão apontada na inicial, bem como respectivo boletim de ocorrência.

A parte autora deverá portar, no momento da perícia, documento oficial com foto.



Os quesitos a serem respondidos são os constantes do laudo pericial adotado pelo Núcleo de Conciliação e Mediação do TJPB.

Considerando a pandemia pela Covid-19 que assola o mundo inteiro, devem ser evitadas aglomerações, para que não sejam afligidos riscos desnecessários aos participantes da perícia, de modo que: 1) ante a prescindibilidade para o ato da perícia, não comparecerão presencialmente ao ato esta magistrada, nem os advogados das partes, evitando-se o risco de contágio, em cumprimento aos termos do Ato da Presidência 33/2020; 2) não será permitida a entrada de qualquer pessoa sem o uso de máscara, conforme Ato da Presidência 33/2020; 3) somente será permitido o ingresso ao Fórum, além, é claro, do perito, da própria parte promovente e, caso haja, assistente técnico de ambas as partes, vedada a presença de acompanhantes, exceto curadores, tutores, genitores de menores de idade, bem como na hipótese do periciando ter dificuldade de locomoção, e, ainda, em situações excepcionais devidamente comprovadas; 4) deverão todos aqueles que adentrem nas dependências do Fórum Regional de Mangabeira observar fielmente todas as normas de biossegurança estabelecidas pela Diretoria do Fórum Regional de Mangabeira.

João Pessoa/PB, 20 de novembro de 2020.

De ordem, ANARISOLETA FAUSTINO DINIZ TOSCANO DE FRANCA
Técnico Judiciário



CERTIDÃO

Certifico que, aos dias 24/11/2020, pelas 10:00h, dirigi-me ao endereço indicado, EDIFÍCIO QUATRO LARES, NÚMERO 99, onde intimei a parte José Tiburtino Araujo, conforme ciente, aceitado a contrafé. Fone de contato: (83) 98866-5779. Certidão referente ao mandado de 36929812.

O referido é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 15 de dezembro de 2020.

Cândido N. F. Filho

Oficial de Justiça





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL

1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA

Nº DO PROCESSO: 0812000-49.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOSE TIBURTINO ARAUJO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

98866 5779

98741 000

O MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Regional de Mangabeira, manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, intime a parte autora:

Nome: JOSE TIBURTINO ARAUJO

Endereço: R LUIZ ROMUALDO DA SILVA, s/n, apto. 102, CULÁ/GEISEL, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58077-032

Edif. Quilômetro 199

para comparecer no dia 15 de dezembro de 2020, às 15h50, para a realização da perícia médica, no Fórum Regional de Mangabeira/PB, precisamente na sala da Diretoria do Fórum, localizada no piso térreo, preparada para o ato (perícia), respeitadas todas as normas de biossegurança, em face da Covid-19.

Para tanto, considerando o cadastro existente no site do TJ/PB, nomeio como perito (a) nos presentes autos o (a) médico (a) o (a) **Dr (a). Tibiriçá de Medeiros Barbosa**, CPF 055.497.224-70, para proceder à perícia no dia e horário acima informados. Intime-se para tomar ciência da nomeação e da perícia agendada neste feito.

Poderão as partes, querendo, indicar assistentes técnicos, no prazo de quinze dias.

Apenas a parte que se submeterá à perícia e eventual assistente técnico indicado por cada uma das partes deverão comparecer ao Fórum no dia e horário agendados, devendo a parte, se possível, levar consigo os exames anteriormente realizados, relacionados com a lesão apontada na inicial, bem como respectivo boletim de ocorrência.

X

Jose Tiburtino Araujo

https://pje.tjpb.jus.br/pje/Painel/painel_usuario/documentoHTML.seam?conversationPropagation=none&idBin=35246456&idProcessoDoc=36929812&... 1/2





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL

1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

A parte autora deverá portar, no momento da perícia, documento oficial com foto.

Os quesitos a serem respondidos são os constantes do laudo pericial adotado pelo Núcleo de Conciliação e Mediação do TJPB.

Considerando a pandemia pela Covid-19 que assola o mundo inteiro, devem ser evitadas aglomerações, para que não sejam afligidos riscos desnecessários aos participantes da perícia, de modo que: 1) ante a prescindibilidade para o ato da perícia, não comparecerão presencialmente ao ato esta magistrada, nem os advogados das partes, evitando-se o risco de contágio, em cumprimento aos termos do Ato da Presidência 33/2020; 2) não será permitida a entrada de qualquer pessoa sem o uso de máscara, conforme Ato da Presidência 33/2020; 3) somente será permitido o ingresso ao Fórum, além, é claro, do perito, da própria parte promovente e, caso haja, assistente técnico de ambas as partes, vedada a presença de acompanhantes, exceto curadores, tutores, genitores de menores de idade, bem como na hipótese do periciando ter dificuldade de locomoção, e, ainda, em situações excepcionais devidamente comprovadas; 4) deverão todos aqueles que adentrem nas dependências do Fórum Regional de Mangabeira observar fielmente todas as normas de biossegurança estabelecidas pela Diretoria do Fórum Regional de Mangabeira.

João Pessoa/PB, 20 de novembro de 2020.

De ordem, ANARISOLETA FAUSTINO DINIZ TOSCANO DE FRANCA
Técnico Judiciário



Assinado eletronicamente por: ANARISOLETA FAUSTINO DINIZ TOSCANO
DE FRANCA

20/11/2020 23:46:21

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 36929812



20112023462113700000035246456

imprimir



PERÍCIA MÉDICA





ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO
1ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA

LAUDO DE EXAME MÉDICO-PERICIAL

Nº DO PROCESSO: 0812000-49.2019.8.15.2003

AUTOR: JOSE TIBURTINO ARAUJO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

ESPECIALIDADE: PERÍCIA MÉDICA E ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA

AVALIAÇÃO MÉDICA

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

___ SIM ___ NÃO ___ PREJUDICADO

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s);

Resp. :



b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

Resp. : PERICIANDO COM HISTÓRIA DE ACIDENTE DE MOTO EM ABRIL DE 2017 E COMO CONSEQUENCIA TEVE FRATURA DE RÁDIO DISTAL ESQUERDO, SENDO NECESSÁRIO TRATAMENTO CIRÚRGICO PARA FIXAÇÃO DA LESÃO COM 2 FIOS DE KIRSCHNER. APRESENTA DOR LOCAL AOS ESFORÇOS.

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

____ SIM X NÃO

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

Resp.: Não se aplica.

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ____ disfunções apenas temporárias
- b) X dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima.

Resp.:

AO EXAME, PERICIANDO CO DOR A PALPAÇÃO E LIMITAÇÃO DA AMPLITUDE DE MOVIMENTO EM 10º

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

____ sim, em que prazo:

X não

Em caso de enquadramento na opção “a” do item IV ou de resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:



Segmento corporal acometido:

a) ____ TOTAL

(Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da Vítima).

b) X PARCIAL

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da Vítima). Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b1. ____ **Parcial Completo** (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima).

b2. X **Parcial Incompleto** (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima).

b2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

| Seguimento anatômico | Marque aqui o percentual |
|----------------------|---|
| 1ª Lesão | ____ 10% residua X 25 % leve ____ 50 % média ____ 75% intensa |
| 2ª Lesão | ____ 10% residual ____ 25 % leve ____ 50 % média ____ 75% intensa |
| 3ª Lesão | ____ 10% residual ____ 25 % leve ____ 50 % média ____ 75% intensa |
| 4ª Lesão | ____ 10% residual ____ 25 % leve ____ 50 % média ____ 75% intensa |

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

Local e data da realização do exame médico:

João Pessoa – PB, 15/12/2020.

Tibiriçá de Medeiros Barbosa
ORTOPEDIA/ TRAUMATOLOGIA
CRM-PB: 7296
TEOT: 15069





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

1ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.055-018

ATO ORDINATÓRIO (CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)

Nº DO PROCESSO: 0812000-49.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOSE TIBURTINO ARAUJO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De acordo com as prescrições do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, INTIMO as partes para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, falar sobre a juntada do laudo pericial.

João Pessoa/PB, 15 de dezembro de 2020.

ANARISOLETA FAUSTINO DINIZ TOSCANO DE FRANCA
Técnico Judiciário



ANEXO





| | | | | |
|---|--------------|----------------------|-------------------------|----------------------|
| N° DA PARCELA | | DATA DO DEPÓSITO | AGÊNCIA (PREF / DV) | N° DA CONTA JUDICIAL |
| 0 | | 15/12/2020 | 1618 | 3000112678371 |
| DATA DA GUIA | N° DA GUIA | N° DO PROCESSO | TRIBUNAL | TIPO DE JUSTIÇA |
| 11/12/2020 | 2708505 | 08120004920198152003 | TRIBUNAL DE JUSTICA | |
| COMARCA | ORGÃO/VARA | DEPOSITANTE | VALOR DO DEPÓSITO (R\$) | |
| JOAO PESSOA | 1 VARA CIVEL | RÉU | 250,00 | |
| NOME DO RÉU/IMPETRADO | | TIPO DE PESSOA | CPF / CNPJ | |
| SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A | | Jurídica | 09248608000104 | |
| NOME DO AUTOR / IMPETRANTE | | TIPO DE PESSOA | CPF / CNPJ | |
| JOSE TIBURTINO ARAUJO | | Física | 04427753426 | |
| AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA | | | | |
| 45EB2C0242A2166C | | | | |
| CÓDIGO DE BARRAS | | | | |





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

Processo: 08120004920198152003

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE TIBURTINO ARAUJO**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,
Pede Juntada.

JOAO PESSOA, 18 de dezembro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB



Segue, em anexo, Petição em PDF.





RAPHAEL TEIXEIRA

Advocacia & Consultoria

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 1ª
VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA - JOÃO PESSOA/PB**

Processo: 0812000-49.2019.8.15.2003

Promovente: JOSE TIBURTINO ARAUJO

Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

JOSE TIBURTINO ARAUJO, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, por seu advogado e procurador *in fine* assinalado, vem à presença de Vossa Excelência, com acato e respeito, para em observância ao ato orditário encontradiço no **id. 37875244**, se manifestar acerca do laudo pericial anexado no **id. 37870677**, o que faz nos termos adiante aduzidos:

Pois bem. Conforme se percebe da leitura do laudo pericial encontradiço no **id. 37870677**, **foram confirmadas todas as alegações do autor**, já que a conclusão da perícia ora realizada, foi a de que houve “**FRATURA DE RÁDIO DISTAL ESQUERDO**”, que ocasionou “**dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)**” que resultou em “*dano Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima)*”, sendo averiguada uma **incapacidade permanente no patamar de 25% (vinte e cinco) por cento** no promovente.

Rua Professor Oswaldo de Miranda Pereira, nº 1176 – Brisamar – João Pessoa/PB
raphaelteixiramoura@gmail.com - (83) 98892-1412



Assinado eletronicamente por: RAPHAEL TEIXEIRA DE LIMA MOURA - 18/01/2021 11:44:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21011811441782200000036686054>
Número do documento: 21011811441782200000036686054

Num. 38471830 - Pág. 1



RAPHAEL TEIXEIRA

Advocacia & Consultoria

Assim, deve a presente demanda ser julgada **TOTALMENTE PROCEDENTE**, devendo o autor perceber indenização integral de acordo com o grau de incapacidade constatado, acrescida de juros e correção monetária, tendo em vista não ter percebido qualquer montante no prévio procedimento administrativo.

Nestes Termos Pede Deferimento.

João Pessoa-PB, 18 de janeiro de 2021.

RAPHAEL TEIXEIRA DE LIMA MOURA

Advogado - OAB/PB nº 21.549

Rua Professor Oswaldo de Miranda Pereira, nº 1176 – Brisamar – João Pessoa/PB
raphaelteixeamoura@gmail.com - (83) 98892-1412



Assinado eletronicamente por: RAPHAEL TEIXEIRA DE LIMA MOURA - 18/01/2021 11:44:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21011811441782200000036686054>
Número do documento: 21011811441782200000036686054

Num. 38471830 - Pág. 2

EM ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

Processo: 08120004920198152003

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE TIBURTINO ARAUJO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

LAUDO INCONCLUSIVO

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Na instrução processual, o Nobre Magistrado determinou a realização de perícia médica, a fim de apurar eventuais lesões suportadas pela parte Autora, suas respectivas extensões e o nexo de causalidade entre as supostas lesões e o acidente automobilístico narrado na exordial.

Após análise do laudo pericial de fls., realizado pelo i. *expert*, verifica-se que o **referido exame clínico é incapaz de provar o direito à indenização requerida pela parte autora, visto que não indica a LESÃO suportada pelo periciando.**

Repita-se que o laudo pericial apresentado não deixa claro quanto ao membro que sofreu a invalidez permanente decorrente do acidente de trânsito, deixando o autor de provar que tem direito ao recebimento da indenização pleiteada.

Seuimento anatômico Marque aqui o percentual

1ª Lesão ____ 10% residua X 25 % leve ____ 50 % média ____ 75% intensa

Na hipótese, o perito **não elucida, outrossim, qual membro sofreu o percentual da redução** estabelecido na tabela anexa à Lei 6.194/74 (alteração pela Lei 11.945/09), a qual estabelece que nos casos de invalidez parcial incompleta, será realizado o enquadramento da perda anatômica ou funcional conforme tabela.



Percebe-se, portanto, que a lesão, bem como a respectiva gradação devem ser enquadradas acertadamente, sob pena de haver enriquecimento ilícito por uma das partes que receberá além do valor previsto em lei, ou mesmo ser uma delas prejudicada com o pagamento por uma lesão menor que a de fato apresentada.

Assim, **por se tratar de ônus que cabe a parte autora**, qual seja, de comprovar que restou permanentemente inválida em decorrência do acidente noticiado, quando o autor não junta aos autos documentos capazes de comprovar a lesão decorrida do acidente automobilístico, assim como é imprestável a prova pericial realizada nos autos, outra alternativa não resta a este atendo juízo, senão julgar totalmente improcedente o pedido autoral.

A jurisprudência deste Tribunal é pacífica ao inadmitir indenização quando o autor deixa de provar o ônus que lhe compete, consoante é possível aferir do julgado a seguir listado:

“PELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ÔNUS DA PROVA. Deve ser julgado improcedente o pedido de cobrança de indenização advinda do seguro obrigatório quando o autor não colaciona aos autos prova hábil do grau da incapacidade advinda da lesão permanente. Incidência da regra descrita no art. 333, I, do CPC.

(TJ-MG - AC: 10116120033158001 MG, Relator: Cláudia Maia, Data de Julgamento: 12/06/2015, Câmaras Cíveis / 14ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 19/06/2015).”

Não é outro o entendimento do Tribunal de Goiás, *in verbis*:

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. ÔNUS DA PROVA. FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO DO AUTOR NÃO DEMOSTRADO. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO EXORDIAL. PERÍCIA DESIGNADA. NÃO COMPARECIMENTO DO AUTOR. 1- À medida do grau de interesse das partes em comprovar seus fundamentos fáticos, o Código de Processo Civil dividiu o ônus probatório: toca ao autor o ônus de provar o fato constitutivo de seu direito; ao réu, os fatos impeditivos, modificativos e extintivos. 2- Não tendo o autor comprovado o fato constitutivo do seu direito, a improcedência do pedido exordial é medida que se impõe. 3- Regularmente designada perícia médica e, não tendo o autor diligenciado no sentido de comparecer, mesmo regularmente intimado, configura-se seu desinteresse processual na produção de prova que lhe competia. 4 APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA, MAS DESPROVIDA. (TJGO, Apelação Cível nº 01362644320158090011, 4ª Câmara Cível, Relatora: Des. Elizabeth Maria da Silva, Julgado em 15/09/2016).”

Portanto, não tendo a parte autora se incumbido de provar fato constitutivo de seu direito, ônus este que lhe cabe, deve a presente demanda ser julgada **IMPROCEDENTE**, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA, 28 de janeiro de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA



1ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA

PROCESSO NÚMERO - 0812000-49.2019.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: JOSE TIBURTINO ARAUJO

Advogado do(a) AUTOR: RAPHAEL TEIXEIRA DE LIMA MOURA - PB21549

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Advogado do(a) REU: SUELIO MOREIRA TORRES - PB15477

DESPACHO

Vistos.

Intime-se o perito nomeado para, em 10 (dez) dias, complementar as informações do laudo pericial de ID 37870677, especificando o segmento corporal da lesão descrita no referido documento.



João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]
Juíza de Direito



LAUDO COMPLETO





ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO
1ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA

LAUDO DE EXAME MÉDICO-PERICIAL

Nº DO PROCESSO: 0812000-49.2019.8.15.2003

AUTOR: JOSE TIBURTINO ARAUJO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

ESPECIALIDADE: PERÍCIA MÉDICA E ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA

AVALIAÇÃO MÉDICA

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

X SIM ____ NÃO ____ PREJUDICADO

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s);

Resp. : PUNHO ESQUERDO



b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

Resp. : PERICIANDO COM HISTÓRIA DE ACIDENTE DE MOTO EM ABRIL DE 2017 E COMO CONSEQUENCIA TEVE FRATURA DE RÁDIO DISTAL ESQUERDO, SENDO NECESSÁRIO TRATAMENTO CIRÚRGICO PARA FIXAÇÃO DA LESÃO COM 2 FIOS DE KIRSCHNER. APRESENTA DOR LOCAL AOS ESFORÇOS.

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

____ SIM X NÃO

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

Resp.: Não se aplica.

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ____ disfunções apenas temporárias
- b) X dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima.

Resp.:

AO EXAME, PERICIANDO COM DOR A PALPAÇÃO E LIMITAÇÃO DA AMPLITUDE DE MOVIMENTO EM 10º

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

____ sim, em que prazo:

X não

Em caso de enquadramento na opção “a” do item IV ou de resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:



Segmento corporal acometido:

a) ____ TOTAL

(Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da Vítima).

b) X PARCIAL

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da Vítima). Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b1. ____ **Parcial Completo** (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima).

b2. X **Parcial Incompleto** (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima).

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Seguimento anatômico

Marque aqui o percentual

| | | | | | |
|----------|----------------|-------------------|----------------|-----------------|------------------|
| 1ª Lesão | PUNHO ESQUERDO | ____ 10% residual | X 25 % leve | ____ 50 % média | ____ 75% intensa |
| 2ª Lesão | | ____ 10% residual | ____ 25 % leve | ____ 50 % média | ____ 75% intensa |
| 3ª Lesão | | ____ 10% residual | ____ 25 % leve | ____ 50 % média | ____ 75% intensa |
| 4ª Lesão | | ____ 10% residual | ____ 25 % leve | ____ 50 % média | ____ 75% intensa |

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

Local e data da realização do exame médico:

João Pessoa – PB, 15/12/2020.

Tibiriçá de Medeiros Barbosa
ORTOPEDIA/ TRAUMATOLOGIA
CRM-PB: 7296
TEOT: 15069





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA



1ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA

PROCESSO NÚMERO - 0812000-49.2019.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: JOSE TIBURTINO ARAUJO

Advogado do(a) AUTOR: RAPHAEL TEIXEIRA DE LIMA MOURA - PB21549

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Advogado do(a) REU: SUELIO MOREIRA TORRES - PB15477

DESPACHO

Vistos.

Acerca da complementação do laudo pericial (ID 39938259), digam as partes, em 10 (dez) dias.



Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, voltem-me os autos conclusos.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]
Juíza de Direito



EM ANEXO



Rio de Janeiro, 02 de Junho de 2018

Aos Cuidados de: **JOSE TIBURTINO ARAUJO**

Nº Sinistro: **3170629119**
Vitima: **JOSE TIBURTINO ARAUJO**
Data do Acidente: **25/04/2017**
Cobertura: **INVALIDEZ**
Procurador: **RAPHAEL TEIXEIRA DE LIMA MOURA**

Assunto: NEGATIVA POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL

Senhor(a),

Até a presente data, não recebemos a documentação complementar solicitada para prosseguimento da análise do seu pedido de indenização cadastrado sob o sinistro **número 3170629119**.

Tendo em vista que a pendência não foi sanada no período de 180 dias, informamos que o seu pedido de indenização foi negado.

Caso deseje dar continuidade ao seu pedido de indenização, procure o ponto de atendimento onde o seu processo foi aberto para apresentar os documentos complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente.

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 12904179

Pag. 00287/00288 - carta_16 - INVALIDEZ

00010144





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

Processo n.º 08120004920198152003

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE TIBURTINO ARAUJO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DA FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL

PENDÊNCIA DOCUMENTAL

O processo deve ser extinto sem conhecimento do mérito, porque não concorre uma das condições da ação: o **INTERESSE PROCESSUAL**.

Verifica-se que, o autor ingressou com o pedido administrativo, todavia, incorreu em pendência documental, de maneira que deixou de sanear tal pendência, acarretando no cancelamento do sinistro.

Insta esclarecer que o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro pacificou o tema e conforme o Aviso nº 108/2012 resta incontestável a necessidade de requerer o pagamento administrativo antes de ingressar com ação no Judiciário, vejamos:

“A prova do requerimento administrativo prévio à seguradora da cobrança da cobertura do seguro DPVAT deve ser exigida pelo juiz no exame da petição inicial”.

No mesmo sentido, se posicionou o Superior Tribunal de Justiça, vejamos:

“AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO. DPVAT. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. REQUISITO ESSENCIAL PARA CONFIGURAÇÃO DO INTERESSE DE AGIR.

Inércia do autor quanto a este pedido. Reversão do entendimento. Impossibilidade. Incursão em matéria fático-probatória. Incidência da Súmula 7/STJ. Violação ao princípio da inafastabilidade do acesso à Justiça. Impossibilidade de exame por esta Corte de Justiça. Matéria atinente à competência do Supremo Tribunal Federal.

O requerimento administrativo prévio constitui requisito essencial para o ingresso de demanda judicial.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



(...) 4. Agravo regimental desprovido” (AgRg no REsp 936574/SP, Terceira Turma, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, julgamento em 02/08/2011).

Trata-se de oportunizar à seguradora o pagamento extrajudicial, até porque, o requerimento prévio administrativo é requisito essencial para a utilidade da providência jurisdicional, conforme dispõe o art. 5º, § 1º da Lei 6.194/74, abaixo transcrito:

“Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

(...)

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30

(trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)(...)”

A atitude de ingressar com ação antes de tentar solucionar a questão pela via administrativa, que, frise-se, é mais célere, acarreta aglomeração de processos, como se observa com frequência em nosso Judiciário.

Deste modo, verifica-se que a seguradora só se constitui em mora 30 dias após a entrega de todos os documentos legais na esfera administrativa. E, no caso dos autos, o direito de ação nasceria com a recusa do pagamento do sinistro na instância administrativa, o que corresponderia ao evento danoso. Como isto nunca ocorreu, não tem a parte autoral a necessária legitimidade postulatória.

Assim, tendo o autor deixado de cumprir as exigências administrativas à indenização que entende devida, ingressando com a presente ação sem antes eliminar todas as possibilidades, resta claro que não existe interesse na demanda.

Importante salientar, ademais, que as sociedades seguradoras não têm o menor propósito de eximir-se de sua obrigação quando comprovado que é realmente devida a indenização pleiteada, eis que pagar sinistro regularmente coberto é da inerência das suas atividades.

Diante disso, impõe-se a extinção do processo sem julgamento do mérito, na forma do Art. 485, VI, do CPC, pois a existência do litígio constitui condição lógica do processo, cabendo ser evidenciado que o cidadão não deve e nem pode, a seu livre arbítrio e prazer, acionar a prestação jurisdicional do Estado em conflitos que certamente poderiam ser resolvidos de forma consensual e sem a interferência estatal.

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Em que pese o caráter social do Seguro Obrigatório DPVAT, o beneficiário legal da indenização tem que, necessariamente, preencher os requisitos legais para recebimento do referido seguro.

Após a análise da documentação fornecida pelo beneficiário legal da indenização é de suma importância, a fim de concluir se o sinistro é indenizável ou não, cumprindo ressaltar que o Seguro Obrigatório DPVAT é alvo dos mais diversos tipos de fraude.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Neste sentido, o sinistro foi cancelado administrativamente, tendo em vista que a parte não cumpriu as exigências da Lei que regula a matéria.

Noutro giro, após a nomeação de perito as partes apresentaram quesitos para que fosse verificado qual o grau de comprometimento da Invalidez apurada.

Nota-se que o i. perito utilizou os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ, valor sobre o qual incidiu a repercussão da lesão sofrida a fim de ser fixada o quantum indenizatório. Assim, requer que o N. Magistrado acolha o descrito no laudo apresentado pelo EXPERT PERITO.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA, 25 de março de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB



Segue, em anexo, Petição em PDF.





RAPHAEL TEIXEIRA

Advocacia & Consultoria

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 1ª
VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA - JOÃO PESSOA/PB**

Processo: 0812000-49.2019.8.15.2003

Promovente: JOSE TIBURTINO ARAUJO

Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

JOSE TIBURTINO ARAUJO, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, por seu advogado e procurador *in fine* assinalado, vem à presença de Vossa Excelência, com acato e respeito, para em observância ao **despacho do id. 40082192, se manifestar acerca da complementação do laudo pericial anexada no id. 39938259**, o que faz nos termos adiante aduzidos:

Conforme se nota, **a complementação do laudo pericial não alterou a conclusão da incapacidade permanente do autor no patamar de 25% (vinte e cinco por cento)**, já que nesta complementação apenas nota-se o acréscimo do perito ter respondido POSITIVAMENTE a pergunta de que “Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?”; e ter complementado que a lesão se deu no punho esquerdo.

No mais, nota-se que **foram confirmados todos os termos do laudo pericial acostado no id. 37870677**, bem como **as alegações do autor**, já que a conclusão da perícia ora realizada, foi a de que houve “***FRATURA DE RÁDIO DISTAL ESQUERDO***”, que ocasionou “***dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)***”

Rua Professor Oswaldo de Miranda Pereira, nº 1176 – Brisamar – João Pessoa/PB
raphaelteixiramoura@gmail.com - (83) 98892-1412





RAPHAEL TEIXEIRA

Advocacia & Consultoria

que resultou em “*dano Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima)*”, sendo averiguada uma **incapacidade permanente no patamar de 25% (vinte e cinco) por cento** no promovente.

Por fim, diga-se que **a própria promovida na sua petição retro (id. 41244771)**, requereu que este d. juízo “**acolha o descrito no laudo apresentado pelo EXPERT PERITO**”, **confirmando assim a procedência da ação**. Noutro norte, os argumentos da promovida nesta petição de que teria ocorrido ausência de interesse processual, devem ser impugnados, já que fora demonstrado no curso do processo o cabimento, pertinência e total procedência desta demanda; valendo frisar que a jurisprudência utilizada pela ré naquele petitório trata da necessidade de requerimento administrativo prévio, requisito que foi preenchido pelo autor, valendo reiterar (*vide impugnação à contestação no id. 30854999*) que no procedimento administrativo, fora negado o pagamento do benefício pela ré sob o injusto e frágil fundamento de “ausência de declaração”, mas sem se mencionar que documentação estava faltando, já que o promovente juntou ao procedimento todos os documentos necessários e hábeis ao recebimento da referida indenização!

Assim, pelo o exposto, deve a presente demanda ser julgada **TOTALMENTE PROCEDENTE**, devendo o autor perceber indenização integral de acordo com o grau de incapacidade constatado, acrescida de juros e correção monetária, tendo em vista não ter percebido qualquer montante no prévio procedimento administrativo.

Nestes Termos Pede Deferimento.

João Pessoa-PB, 06 de abril de 2021.

RAPHAEL TEIXEIRA DE LIMA MOURA

Advogado - OAB/PB nº 21.549

Rua Professor Oswaldo de Miranda Pereira, nº 1176 – Brisamar – João Pessoa/PB
raphaelteixiramoura@gmail.com - (83) 98892-1412



Assinado eletronicamente por: RAPHAEL TEIXEIRA DE LIMA MOURA - 06/04/2021 17:30:00
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21040617295429300000039443722>
Número do documento: 21040617295429300000039443722

Num. 41430544 - Pág. 2

**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
COMARCA DE JOÃO PESSOA
1ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA**

PROCESSO NÚMERO - 0812000-49.2019.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: JOSE TIBURTINO ARAUJO

Advogado do(a) AUTOR: RAPHAEL TEIXEIRA DE LIMA MOURA - PB21549

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Advogado do(a) REU: SUELIO MOREIRA TORRES - PB15477

SENTENÇA

AÇÃO DE COBRANÇA. Invalidez parcial incompleta. Segmento corporal acometido. Punho esquerdo. Repercussão leve. Juros de mora. Correção monetária. Procedência do pedido.



Estando comprovada a lesão permanente do autor, por acidente, é devida a cobertura prevista em contrato de seguro. A indenização deve ser proporcional ao grau de incapacitação, sob pena de enriquecimento ilícito do segurado.

Os juros de mora incidem a partir da data em que a seguradora foi constituída em mora para proceder ao pagamento de diferença do seguro DPVAT, ou seja, a partir de sua citação.

Vistos, etc.

JOSE TIBURTINO ARAUJO, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, ajuizou **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT**, em desfavor da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A**, também já qualificada.

Alegou, em síntese, que: 1) sofreu acidente automobilístico, em 25/04/2017; 2) o referido acidente deixou-lhe sequelas, com debilidade permanente; 3) ao solicitar, administrativamente, o pagamento do seguro contratado, foi negada a indenização pro falta de documentos, sendo correta a indenização até o limite de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Ao final, requereu o julgamento totalmente procedente da demanda, condenando a seguradora promovida o pagamento de valor condizente com o grau de invalidez permanente, bem como pela condenação da ré no pagamento de custas e honorários advocatícios.

Juntou documentação.

Devidamente citada, a ré apresentou contestação (ID [29655265](#)), alegando, em suma, que: 1) o valor corresponde ao valor total da respectiva cobertura de invalidez por acidente pode atingir, variando os pagamentos das indenizações securitárias, conforme graus das lesões, bem como os membros atingidos pelo acidente, tudo em conformidade com a Tabela de Acidentes Pessoais, publicada e divulgada pela SUSEP, aplicável, necessariamente, por força de circular, a todos os contratos de seguro de vida com cobertura para invalidez total e/ou parcial por acidente pessoal; 2) a retro citada tabela apresenta os percentuais mínimos sobre a importância segurada por órgão ou membro lesado a serem considerados nas condições gerais dos seguros que possuem garantia de invalidez por acidente; 3) o limite máximo indenizável, segundo resolução nº 151/2006, do CNSP, é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que, via de consequência, está em consonância com a medida provisória nº 340; 4) no caso em comento, verificou-se que os traumas sofridos pelo autor resultou em invalidez permanente parcial incompleta, de sorte que, conforme a TABELA-SUSEP, o valor da indenização securitária deveria ser calculada pelo percentual individual para o membro afetado; 5) a correção monetária deve utilizar-se de índices vigentes no mês do ajuizamento da ação; 6) os juros moratórios deverão incidir apenas a partir da citação inicial.

Ao final, pugnou a improcedência da demanda ou, caso não fosse este o entendimento deste juízo, a condenação nos limites aduzidos na peça contestatória.

Impugnação à contestação no ID [30854999](#).

Perícia realizada (ID [37870677](#)).

No ID [39125486](#), foi determinada a intimação do eprito designado para que complementasse as informações do laudo pericial, especificando o segmento corporal da lesão descrita no referido documento.

Laudo complementar no ID [39938259](#).

Manifestação d aparte promovida no ID [41244771](#) e da parte autora no ID [41430544](#).

É o relatório do necessário. DECIDO.

DO MÉRITO



Inicialmente, insta ressaltar que o presente feito comporta julgamento antecipado da lide, consoante o disposto no art. 355, I, do CPC. É que a matéria sobre a qual versam os autos requer a realização de perícia médica, a fim de mensurar a alegada invalidez do autor decorrente do acidente narrado na inicial, sendo que tal procedimento já foi realizado (ID [39938259](#)).

O autor ingressou com o presente pedido, visando o ressarcimento do seguro obrigatório – DPVAT, em virtude de ter sido vítima de uma colisão ocorrida no dia 25/04/2017.

Pois bem. O seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores está previsto na Lei nº 6.194/1974, a qual prevê pagamento de indenização decorrente do seguro obrigatório nos casos de invalidez permanente em valor correspondente ao grau de invalidez.

A obrigação da seguradora promovida decorre da lei, cuidando-se de responsabilidade objetiva, sendo necessária, apenas: a demonstração do acidente e o dano dele decorrente, consoante o art. 5º da Lei nº 6.194/74. À espécie, não há dúvidas acerca do acidente ou das lesões sofridas.

A parte autora envolveu-se em acidente com veículo automotor em 25/04/2017, conforme *ocorrência policial* juntada na pag. 02 do ID [27286459](#). Ademais, extrai-se dos autos outros elementos que demonstram o acidente e o nexo de causalidade entre ele e as lesões sofridas (pag. 04 do ID retro).

No caso dos autos fica fácil observar não ter o requerente direito ao teto (ou seja, os R\$ 13.500,00 integrais), pois esse valor só é devido havendo invalidez total, o que não é o caso do autor, de acordo com o laudo pericial constante dos autos. Então, inevitavelmente se entra nos percentuais de pagamento previstos para os casos de invalidez parcial, podendo ser ela completa (perda total da função ou anatômica), o que também não é o caso do demandante, ou incompleta, e nessa hipótese se parte para observar se houve repercussão intensa (75%), média (50%) ou leve (25%), ou, ainda e por fim, se o que existe é mero resíduo (10%). Observe-se que esses percentuais não são aplicados sobre o valor teto, ou seja, sobre os R\$ 13.500,00, mas sim sobre o valor relacionado a título de invalidez parcial incompleta. Extrai-se do laudo que o segmento corporal acometido pela invalidez permanente foi o *punho esquerdo* do promovente.

Fazendo o enquadramento da invalidez adquirida pelo autor à tabela constante da Lei 11.945/2009, verifica-se que se enquadra no item denominado “*Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar*”, que corresponde ao percentual de 25% (*vinte e cinco por cento*) do valor total da indenização por invalidez. Considerando, ainda, que a perda funcional não foi completa, há de se aplicar a redução proporcional da indenização prevista no inciso II do § 1º do art. 3º da Lei supra transcrita, enquadrando a limitação do autor em perda de *repercussão leve*, que corresponde à redução de 25% (*vinte e cinco por cento*) da indenização.

Portanto, 25% (*vinte e cinco por cento*) sobre o valor total da indenização prevista (R\$ 13.500,00) gera o valor de R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), aplicando-se a redução de 25% (*vinte e cinco por cento*) do valor gerado totaliza a quantia de **R\$ 843,75 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, como valor de indenização em favor do autor.

Em relação aos juros moratórios a jurisprudência é firme no entendimento de que tais encargos, em caso de cobrança de seguro obrigatório, devem incidir a partir da citação, pois não se trata de responsabilidade extracontratual, mas de ilícito relativo:

“DPVAT - JUROS - INCIDÊNCIA - CITAÇÃO - PERCENTUAL - 1% AO MÊS - VIGÊNCIA DO CÓDIGO CIVIL DE 2002 - ARTIGO 161, § 1º, CTN (...) - Os juros de mora devem ser contados a partir da data da citação para a ação, pois é nesse momento que o devedor é constituído em mora e toma conhecimento da pretensão do autor no sentido de receber o seu crédito.” (TAMG, 8ª Câmara Cível, Ap. Cível nº 445.885-3, rel. Juiz Sebastião Pereira de Souza, j. em 18.11.2004).

Já em relação a correção monetária, que objetiva tão somente manter atualizado o valor do débito, sem resultar em qualquer ganho ou prejuízo para as partes, seguindo esta linha de raciocínio, o Superior Tribunal de Justiça, em julgamento submetido à sistemática do art. 543-C do Código de Processo Civil, pacificou seu entendimento, no sentido de que a correção monetária tem lugar a partir do evento danoso:

RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. CIVIL. SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. TERMO 'A QUO'. DATA DO EVENTO DANOSO. ART. 543-C DO CPC. 1. Polêmica em torno da forma de atualização monetária das indenizações previstas no art. 3º da Lei 6.194/74, com redação dada pela Medida Provisória n. 340/2006, convertida na Lei 11.482/07, em face da omissão legislativa acerca da incidência de correção monetária. 2. Controvérsia em torno da existência de



omissão legislativa ou de silêncio eloquente da lei. 3. Manifestação expressa do STF, ao analisar a ausência de menção ao direito de correção monetária no art. 3º da Lei nº 6.194/74, com a redação da Lei nº 11.482/2007, no sentido da inexistência de inconstitucionalidade por omissão (ADI 4.350/DF). 4. Para os fins do art. 543-C do CPC: A incidência de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6194/74, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, opera-se desde a data do evento danoso. 5. Aplicação da tese ao caso concreto para estabelecer como termo inicial da correção monetária a data do evento danoso. 6. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. (REsp 1483620/SC, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/05/2015, DJe 02/06/2015)

DISPOSITIVO

Assim sendo, à vista do quanto exposto e mais que dos autos consta, julgo **PROCEDENTE** o presente pedido, condenando a promovida a pagar o valor de **R\$ 843,75 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, devendo o retro citado valor ser corrigido monetariamente pelos índices oficiais a partir do evento danoso e acrescido de juros de 1% ao mês a partir da citação.

Condeno a parte promovida ao pagamento das custas processuais e honorários, estes fixados em 20% (vinte por cento) do valor da condenação à teor do §2º, do Art. 85, do CPC.

Proceda-se à transferência dos honorários periciais para a conta do perito nomeado.

Transitada em julgado a sentença: 1) intime-se a parte autora pra, querendo, em 15 (quinze) dias, requerer a execução do julgado; 2) nos termos do Provimento CGJ/PB nº 28/2017, **deve o cartório** calcular as custas, intimando-se a parte sucumbente, pessoalmente (por meio de carta com AR) e através de advogado (intimação eletrônica), para recolhê-las, de forma integral ou na proporção que lhe couber, a depender do que foi estabelecido em sentença/acórdão, no prazo de 15 (quinze) dias, implicando sua inércia em protesto e inscrição na dívida ativa.

Transcorrido o prazo sem o recolhimento, expeça-se a certidão de débito de custas judiciais, observando todos os itens exigidos e constantes no art. 418-B, §4º do Código de Normas Extrajudicial da Corregedoria Geral do TJPB.

Em seguida, providencie-se o protesto da Certidão das Custas Judiciais, através do sistema informatizado do TJPB para envio eletrônico de arquivo, a ser encaminhado à Central de Remessas de Arquivo (CRA), na forma do art. 449 do Código Normas retro. Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento do comunicado de protesto, a secretaria deverá encaminhar o débito para inscrição em dívida ativa, com a informação do consequente protesto.

P.I.R.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]
Juíza de Direito





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

1ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.055-018

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Nº DO PROCESSO: 0812000-49.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOSE TIBURTINO ARAUJO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Certifico e dou fé que a sentença prolatada nestes autos transitou em julgado no dia
2 1 / 0 5 2 0 2 1 .

João Pessoa/PB, 28 de maio de 2021.

ANARISOLETA FAUSTINO DINIZ TOSCANO DE FRANCA
Técnico Judiciário



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DA 1ª VARA REGIONAL CÍVEL
DE MANGABEIRA - JOÃO PESSOA/PB**

Processo nº 0812000-49.2019.8.15.2003

Exequente: JOSE TIBURTINO ARAUJO

Executada: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

JOSE TIBURTINO ARAUJO (CPF: 044.277.534-26) devidamente qualificado e representado nos autos do processo mencionado em epígrafe, por intermédio de seu bastante procurador judicial infra-assinado, comparece, respeitosamente, diante de Vossa Excelência, no afã de efetivamente requerer o:

CUMPRIMENTO DEFINITIVO DE SENTENÇA



Objetivando a coerção patrimonial da executada, **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.** (CNPJ: 09.248.608/0001-04) na medida em que a mesma incorre em inadimplemento absoluto da obrigação judicial que lhe fora imposta (*id.* 41655576), já transitada em julgado, tendo em vista que o prazo para interposição de recursos se esgotou.

Diante do exposto, requer que a parte devedora seja intimada, com fulcro no artigo **523 do CPC**, para que proceda com o pagamento total da dívida dentro do prazo de 15 dias, sob pena de pagar 10% de multa e mais 10% a título de honorários advocatícios da fase de cumprimento de sentença.

-

-

I – DA SUMA DOS FATOS - DO CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR

1. Pois bem. conforme se verifica na análise dos autos, o exequente intentou “**Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório - DPVAT**”, em virtude do inadimplemento perpetrado pela ora executada, exhaustivamente narrados e comprovados no transcurso da demanda.

2. Averiguando a demanda que lhe fora posta, este d. juízo julgou a ação procedente, sendo a executada condenada a arcar com o pagamento das seguintes verbas, conforme se extrai de trecho da sentença:

“Julgo PROCEDENTE o presente pedido, condenando a promovida a pagar o valor de R\$ 843,75 (ml seiscientos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), devendo o retro citado valor ser corrigido monetariamente pelos índices oficiais a partir do evento danoso e acrescido de juros de 1% ao mês a partir da citação.”

3. Contudo, mesmo com o **trânsito em julgado da demanda**, até a presente data, a executada **não cumpriu nenhuma das obrigações a que fora condenada.**



4. Diante do exposto, requer a Vossa Excelência, que tenha início a fase de cumprimento da sentença, devendo a executada ser compelida a **efetuar, imediatamente, o pagamento da quantia total de R\$ 1.360,69 (hum mil, trezentos e sessenta reais e sessenta e nove centavos)**, sendo R\$ 1.133,91 (um mil, cento e trinta e três reais e noventa e um centavos) referentes ao valor principal devidos ao exequente e R\$ 226,78 (duzentos e vinte e seis reais e setenta e oito centavos) referentes aos honorários sucumbenciais, quantias estas, devidamente atualizadas nos moldes dos cálculos em anexo, que estão em total consonância com a sentença.

II - DOS REQUERIMENTOS

5. *Ex positis*, é o presente expediente processual encaminhado a este d. juízo, com base nos preceitos contidos no art. 513, em combinação normativa com o preceito dos art. 523 e seguintes, do CPC, bem como de outras normas atinentes à espécie, no escopo de **REQUERER o início da fase de cumprimento definitivo de sentença, com o deferimento das seguintes providências de índole constritiva/satisfativa:**

- a) A **Intimação** da executada, no prazo e na forma do disposto no **art. 513, § 2º, inciso I**, combinado com o **art. 523, caput, do CPC/2015**, a fim de que esta, no prazo assinalado em lei, efetue o **PAGAMENTO DO VALOR** fixado em sentença, que expressa, atualmente, o montante **R\$ 1.360,69 (hum mil, trezentos e sessenta reais e sessenta e nove centavos)**, sendo R\$ 1.133,91 (um mil, cento e trinta e três reais e noventa e um centavos) referentes ao valor principal devido ao exequente e R\$ 226,78 (duzentos e vinte e seis reais e setenta e oito centavos) referentes aos honorários sucumbenciais, quantias estas, devidamente atualizadas nos moldes dos cálculos em anexo, que estão em total consonância com a sentença; pagamento este que deve ser feito, sob pena de ser aplicada a norma do **art. 523, § 1º do CPC/2015**, com a incidência de **multa de 10%** (dez por cento) sobre o valor do débito e **honorários de 10%** (dez por cento).

Para os efeitos puramente legais, dá-se à presente pretensão jurisdicional executiva, o valor **R\$ 1.360,69 (hum mil, trezentos e sessenta reais e sessenta e nove centavos)**



Termos em que pede deferimento.

João pessoa – PB, 02 de junho de 2021.

RAPHAEL TEIXEIRA DE LIMA MOURA

Advogado - OAB/PB N ° 21.549

ANA CAROLINA PEREIRA NETO

Estagiária



Processo nº 0812000-49.2019.8.15.2003

Exequente: JOSE TIBURTINO ARAUJO

Executada: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Correção Monetária

Valores atualizados até 02/06/2021

Indexador utilizado: INPC (IBGE)

| | | |
|------------|---|--------------|
| 25/04/2017 | R\$ 843,75 x 1,178850095 | R\$ 994,65 |
| | Juros moratórios [de 16/03/2020 a 02/06/2021: 1,00% simples] = 14,000000% | R\$ 139,25 |
| | Subtotal | R\$ 1.133,91 |

| Resumo | | | |
|-----------------------------------|-----------------|-------------|-----------------|
| | Valores | Custas | Total |
| Valores atualizados | 994,65 | 0,00 | 994,65 |
| Juros Moratórios | 139,25 | 0,00 | 139,25 |
| Honorários Sucumbenciais (20,00%) | 0,00 | 0,00 | 226,78 |
| TOTAL | 1.133,91 | 0,00 | 1.360,69 |





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

1ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.055-018, Telefone: (83)3238-6333

OFÍCIO Nº 459/2021

João Pessoa/PB, 28 de maio de 2021.

Nº DO PROCESSO: 0812000-49.2019.8.15.2003
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: JOSE TIBURTINO ARAUJO
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

D E S T I N A T Á R I O :

| | | | | |
|------------------|--------------|------------------|--------------|--------------------|
| A o | | I l m o . | | S r . |
| Gerente | do | Banco | do | Brasil |
| Agência | | Setor | | Público |
| Av. | Julia | Freire, | 1071, | Torre |
| João | | | | Pessoa / PB |
| 58040-040 | | | | |

Senhor Gerente,

Solicito a Vossa Senhoria, que seja efetuada a transferência do valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) e seus acréscimos legais, depositados pelo réu na conta judicial nº 3000112678371, da agência nº 1618-7, data do depósito 15/12/2020, do Banco do Brasil, referente a honorários periciais, para a Conta nº 18288-5, agência nº 1885-6, do Banco do Brasil, em favor do perito Tibiricá de Medeiros Barbosa, portador do CPF nº 055.497.224-70.

Atenciosamente,

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juiz(a) de Direito

